

23 de Janeiro 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 43 / kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza

Petróleo em alta até 2018

A produção petrolífera nacional deve manter-se “forte” até 2018 e não será afectada pela onda de oscilação dos preços. A conclusão é da IMB Research, unidade da agência Fitch, que prevê o declínio da produção a partir de 2019, face à saturação de vários campos. **Pág. 12**



CONTACTOS COM PRIVADOS JÁ TERÃO COMEÇADO

TAAG pode terceirizar voos domésticos

A transportadora aérea de bandeira colocou em cima da mesa a possibilidade de terceirizar a exploração das rotas domésticas, ao contrário da primeira intenção avançada pelo Governo de criar uma nova empresa pública para se ocupar dos voos provinciais. Operadores privados já terão sido contactados pela administração da companhia pública liderada pela Emirates. **Págs. 14 e 15**

RELATÓRIO EXCLUSIVO DA EMIS

Multicaixas ‘largam’ 172 mil milhões de kwanzas

- Consulta de saldo atingiu 10,2 milhões de movimentos
- Recargas valeram 1,2 milhões de movimentos
- Pagamento de TV com 196.420 operações

Págs. 10 e 11



FRANCISCO QUEIROZ

“O informal exige política e não polícia”

Autor da obra ‘Economia Informal, o caso de Angola’, lançada na última quarta-feira, em Luanda, Francisco Queiroz esclarece que o informal é um fenómeno macro e não microeconómico. E defende que o fenómeno exige medidas de política e não de polícia. **Págs. 20 e 21**

DALVA RINGOTE, PCA DO IFE

“Actividade empresarial em Angola é incipiente”

A presidente do conselho de administração (PCA) do Instituto de Fomento Empresarial, Dalva Ringote, revela que a instituição negociou uma linha de financiamento de 75 milhões de euros de Espanha, para projectos no agronegócio, transporte e logística. Sobre a actividade empresarial diz que é “incipiente”. **Págs. 8 e 9**

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 177,4 Kz (+1,3) ▲ LIBRA 203,5 Kz (+0,2) ▲ YUAN 24,2 Kz (+0,2) ▲ RAND 12,2 Kz (+0,1) ▲



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Tel: +244 945 766 958 e-mail: digitos.numeros@gmail.com

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



Editorial

‘NOVO NORMAL’

Colocar a racionalização dos gastos públicos entre as prioridades da agenda da governação é uma atitude que deve ser valorizada. E, mais do que isso, deve ser reconhecida e estimulada. É a nossa realidade que assim o determina. É o contexto histórico e presente de gestão dos dinheiros do Estado, repleto de buracos sem fundo, que transforma em notícia especial qualquer sinalização no sentido da moral e da parcimónia nos gastos públicos.

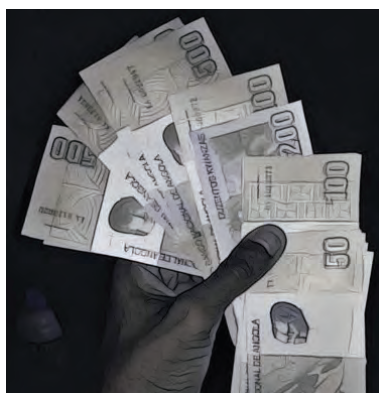
O novo ministro das Finanças dissemina o discurso de num “novo normal”. E fá-lo num tom austero, mas ao mesmo tempo rogador, dirigindo-se, ‘stricto sensu’, aos gestores do erário. É impossível ser-se mais elucidativo. O contraste explícito na mensagem de Archer Mangureira alude o combate ao tal ‘velho normal’ em que, em relação à gestão dos recursos públicos, imperava tudo menos o rigor e a disciplina. A ênfase que se dá agora à necessidade da sobriedade nas despesas do Estado, no discurso oficial, é animadora neste sentido. Não que, a nível do Governo, não se falasse, no passado, sobre a importância de melhorias na execução e controlo dos

dinheiros públicos. Ao mais alto nível da governação, vários discursos tocaram consecutivamente na necessidade de uma maior transparência. O que acontece, desta vez, é que a mensagem se vai replicando, com uma preocupação aparentemente mais prática, a nível mais intermédio e de base. Na última semana, o Ministério das Finanças concentrou, em Luanda, gestores públicos para lembrar as razões do imperativo do “novo normal”. As justificações são de domínio comum: o Estado está aflito, já ultrapassou o limite referencial do rácio da dívida pública e não há financiamentos para vários projectos e que, por isso, vão permanecer suspensos.

É secundário destacar o facto de esse “novo normal” ter sido forçado pela circunstância da desvalorização do petróleo nas praças internacionais. E não propriamente pela materialização de um

pacto de regime pela transparência e pela boa gestão dos recursos do Estado. A história da humanidade abunda de exemplos de sociedades que se viram obrigadas a mudar do dia para a noite, forçadas por eventos alheios à vontade destas. Foi a derrota na Segunda Guerra Mundial que amainou a ‘cultura e consciência militarizada’ do império nipónico. Há autores que defendem que o ataque surpresa a Pearl Harbor foi determinante para os Estados Unidos embarcarem de forma definitiva na ‘loucura’ armamentista, ao ponto de reclamarem hoje o poderio militar que põe o mundo inteiro de sentido. Dois casos reais do que se pode chamar de crises transformadas em oportunidades.

No nosso caso, se a maior novidade que a crise económica e financeira traz é a correcção da prática como se gere a riqueza pública, não se podia pedir melhor oportunidade. Porque, pela razão de o Estado até agora ser o centro da gravidade de todo o processo económico, melhorar a sua gestão significa criar mais e melhores oportunidades para as empresas e para as famílias. O que interessa, no fundo, é que o ‘novo normal’ seja, de facto, efectivo e não apenas um ‘neologismo’ bonito de se dizer e escrever.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Martins Chambassuco, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721; **Nº de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

e-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Domingos Francisco João
Jurista

Qual é a sua apreciação sobre a aplicabilidade da taxa de limpeza e saneamento?

A lei foi colocada num momento de abrandamento da economia, em que a dificuldade e o desemprego aumentaram, tendo tornado inadequada a aplicação da taxa. A aplicação hoje dessa taxa pode beliscar os princípios jurídicos fundamentais, em sede do direito tributário, que é o princípio universal da igualdade, em que todos são iguais perante a lei.

Qual seria o mecanismo ideal para a cobrança dessa taxa?

Temos uma realidade jurídico-administrativa que foi criada e aprovada. Temos a comissão de moradores, a nova lei da comissão administrativa da cidade de Luanda que cria os distritos. E com isso coloca novos desafios quanto à fiscalização e execução dessa possibilidade tributária. Se me pedissem a opinião quanto à perspectiva de aplicabilidade, anexaria à factura de água, mas também nem todos temos acesso à água. Sendo assim, o Estado deve continuar a fazer um estudo profundo para a efectivação dessa taxa.

Acredita na efectivação dessa taxa este ano?

Não. Deve fazer-se um profundo estudo, que vai levar muito tempo.

17 TERÇA-FEIRA
O primeiro módulo do Sistema Integrado de Gestão Tributária passa a ser inserido, a partir de 1 de Fevereiro, nos serviços fiscais da AGT, informou o administrador da instituição, Hermenegildo Gaspar. Este sistema, em implementação experimental, vai simplificar a relação com os contribuintes.

18 QUARTA-FEIRA
O director da Indústria, Geologia e Minas, no Moxico, Victor Pedro, informou que a província apresenta indicadores positivos de existência de jazigos de vários mineiros no Alto Zambeze, tendo reforçado que foram identificados jazigos secundários de diamante, cobre, ouro e cálcio em Cangumbe, Luchazes e Lumbala-Nguimbo.

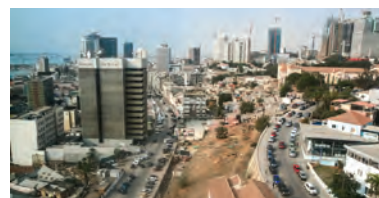
19 QUINTA-FEIRA
O embaixador da China em Angola, Cui Aimin, assegurou, sem adiantar valores, que a China vai investir nas áreas da agricultura, hotelaria, turismo e construção de infra-estruturas, no Kuando-Kubango.



SEGUNDA-FEIRA

O Ministério das Finanças admite não possuir condições financeiras para fazer face aos reajustes orçamentais que estão a ser impostos aos governos provinciais por parte de alguns empreiteiros contratados para a retoma de algumas obras públicas paralisadas em diversas regiões do país. A revelação foi feita pela secretária de Estado do Orçamento, Aia-Eza da Silva.

20 SEXTA-FEIRA
Luanda foi a cidade mais cara para os expatriados se mudarem em 2017, entre dados de 75 metrópoles internacionais analisadas pela empresa Movinga. O Índice de Preços de Mudança refere que os custos de vida para um expatriado, no primeiro mês, atingem os 3.259,32 dólares.



21 SÁBADO
O projecto de desenvolvimento, rentabilização e produção de peixe, no Kwanza-Norte, deverá incorporar, no primeiro trimestre, a componente agrícola, com a instalação de um campo de cultivo de spirulina destinada à produção de alimento infantil.



22 DOMINGO
A empresa China National Electronics Import & Export Corporation vai fornecer tecnologia para a gestão da identificação civil e criminal, bem como a emissão dos registos de nascimento e do bilhete de identidade num contrato com o Governo de 243 milhões USD.



COTAÇÕES



AMÉRICAS EM ALTA

Os índices bolsistas americanos fecharam a semana com ganhos em todos os sectores, no dia em que o novo presidente, Donald Trump, tomou posse. No entanto, o Bovespa brasileiro foi dos que mais valorizou (+0,77%). Ganhos atribuídos por alguns analistas ao atraso que a mega investigação 'Lava Jato', que visa vários membros do governo de Temer, irá provavelmente sofrer, depois da morte de um dos seus principais líderes, o juiz Teori Zavascki, num acidente de aviação.



Petróleo Brent	55,47	+1,31	+2,42%
Petróleo	53,32	+1,20	+2,30%
Gás Natural	3,215	-0,153	-4,54%
Ouro	1.206,05	+4,55	+0,38%
Prata	17,038	+0,036	+0,21%
Cobre	2,622	+0,011	+0,44%
Café Londres	2.271,00	+0,00	+0,00%
Alumínio	1.846,50	+24,75	+1,36%

PSI20 E PETRÓLEO NO VERDE

O PSI 20 fechou com um optimismo (+0,46%), que contrastou com o cenário de misto reinante no resto da Europa, em antecipação ao discurso de Trump e face à manutenção das taxas de juro directoras pelo BCE. O ouro negro fechou a semana em alta, com o corte de 1,5 milhões de barris de petróleo por parte do maior produtor, a Arábia Saudita, e a animação em torno da próxima reunião do cartel OPEP. O Brent, referência para o petróleo angolano fechou perto dos 55 dólares por barril.

Economia/Política

ARRECADÇÃO DO IPU EM 2016

Património recua 60%



Mário Mujica © VE

Quem comprou o imóvel na totalidade tem de começar a pagar já o imposto.

na dissertação sobre o IPU, que a AGT prevê, por via das acções de sensibilização em curso, o incentivo aos moradores para as inscrições voluntárias dos imóveis, ressaltando que o défice de registo de prédios na matriz predial das repartições está na ordem de 98%, 2% do parque imobiliário nacional está registado.

Em relação aos moradores das centralidades, a autoridade tributária avisa que estes não estão totalmente isentos de pagar o IPU, enquanto não terminar o processo de concertação entre o Estado, a Imogestin e a AGT. Nesta fase, estão isentos apenas os arrendatários do Estado, ou seja, os que pagam rendas normais. Os moradores em regime de renda resolúvel deverão pagar o IPU após o processo de concertação, ao passo que os que compraram imóveis na totalidade devem pagar já o imposto.

MAIS IMPOSTOS

A AGT, no âmbito do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), que terminou em 2015, continua as acções em termos de finalização dos projectos de revisão e introdução de impostos previstos que não foram finalizados. Para os próximos tempos, a AGT prevê a revisão do imposto sobre a tributação do património, por ser um dos mais “críticos” e de “fraca” arrecadação e “ineficiência” entre os instrumentos legais, segundo Carla Almeida. A autoridade tributária prevê também a revisão do imposto da tributação do rendimento, da tributação aduaneira e a substituição de um novo tipo de imposto de consumo denominado imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA). “O processo de reforma é contínuo e todos os projectos que não terminaram estão em curso. A reforma não encerrou com o fim do projecto executivo, e tem acções que estavam previstas e que, não tendo sido finalizadas, estão em curso e continuarão a ser executadas”, ressaltou.

TRIBUTAÇÃO. Imóveis arrendados renderam mais ao Estado, no ano passado que o património. Administração Geral Tributária espera alcançar um crescimento do IPU na ordem dos 16%, em 2017.

Por Isabel Dinis

A contribuição do Imposto Predial Urbano (IPU) sobre o património desceu drasticamente, em 2016, recuando 60% para os 10,4 mil milhões de kwanzas, face aos 26,1 mil milhões arrecadados em 2015, contabiliza o VALOR, com base em dados avançados pela Administração Geral Tributária (AGT), num ‘workshop’ realizado em Luanda. Em sentido contrário, o IPU sobre a renda avançou de forma

exponencial, com um crescimento das contribuições superior a 1.400%, para os 19,6 mil milhões de kwanzas, em 2016, contra os 1,3 mil milhões de kwanzas no ano anterior. A dessegregação dos dois impostos aconteceu em 2015, ano em que, de acordo com as estatísticas da AGT, o IPU sobre o património registava uma contribuição muito superior ao IPU sobre a renda.

Para 2017, a AGT prevê, entretanto, uma nova troca de posições, em termos de crescimento nominal, entre as contribuições dos dois segmentos do mesmo imposto. No geral, o crescimento previsto é de 16%, devendo o imposto sobre o património arrecadar mais 4,4 mil milhões, face a 2016, e o imposto de renda mais 572,08 milhões de

kwanzas, em relação ao exercício transacto. Carla Almeida, técnica do Departamento dos Serviços Fiscais da AGT, declarou que os números apresentados estão “aquém daquilo que é o parque imobiliário nacional”, ressaltando que, apesar disso, o IPU alcançou um pico satisfatório de 196%, em 2012, por altura do lançamento da reforma tributária.

Luanda é consecutivamente a província mais representativa em termos de cobrança do IPU, tendo em conta a distribuição do parque imobiliário. O município de Belas tem sido o que mais regista imóveis, seguindo-se Cacuaco e Viana. Depois de Luanda, a nível a nível de cobranças, seguem-se Cabinda, Benguela e Huambo.

A técnica da AGT destacou,

30

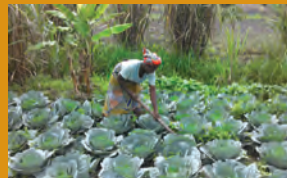
Mil milhões de kwanzas é o total da arrecadação da AGT com o IPU em 2016.

16%

É o crescimento previsto na arrecadação de receitas este ano.



A ADMINISTRAÇÃO GERAL TRIBUTÁRIA (AGT) prevê, para o exercício económico de 2017, um incremento de 13% na arrecadação de receitas resultantes do Imposto Predial Urbano (IPU), à semelhança do que ocorreu no ano passado.



ANGOLA está a concorrer, desde Outubro de 2016, ao cargo de Comissário para a Economia Rural e Agricultura (pescas e ambiente) da União Africana (UA). A candidatura já foi apresentada e validada pela SADC.

DEVIDO À FRACA ELASTICIDADE FINANCEIRA NO OGE 2017

Governo ‘deixa cair’ vários projectos públicos com cativações até 100%

ORÇAMENTO. Secretaria de Estado do Orçamento avisa que cativações vão continuar, pondo de fora vários projectos previstos para 2017 e os não realizados de 2016. Do plano, devem cair 40% de transferências de capitais e 100% com novos projectos de investimento público. Escapam aos cortes salários e PIP de órgãos locais.

Por Nelson Rodrigues

Ministério das Finanças pediu aos titulares de cargos públicos maior gestão dos recursos 2017.



Vários projectos de investimento público (PIP) e de apoio ao desenvolvimento previstos no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2017 voltam a estar pendurados este ano devido à continuidade da fraca capacidade económica e financeira do Estado, anunciou a directora do gabinete da secretaria de Estado do Tesouro, Julieta Major.

Do grupo de projectos a cativar no exercício de 2017, deverão cair 40% dos encargos com transferências de capital e ‘cortes’ de até 100% para projectos de investimento público, cujo financiamento tenham origem nos Recursos Ordinários do Tesouro (ROT), e os respeitantes a 2016 que não tiveram execução.

O novo plano de cativações foi apresentado no início da semana passada pelo Ministério das Finanças (MINFIN), num seminário sobre ‘Execução da despesa no OGE 2017’, que contou com as presenças de ministros, governadores provinciais e altos quadros das Finanças.

Os gastos com o pessoal da Função Pública e vários projectos de órgãos centrais e locais, abrangidos por linhas de créditos, escapam à ‘tesoura’ do Governo, que, para este ano, procura reduções de custos por todas as rubricas orçamentais.

“O PIP com garantias de financiamento, ou todo o projecto público de investimento já inserido numa linha de crédito, não está cativo, porque já tem a linha de financiamento garantida”, assegura Julieta Major, responsável da secretaria do Estado do Tesouro.

O Governo justifica as cativações com a escassez de recursos financeiros, quer em kwanzas, quer em moeda estrangeira, mas deixa aberta a possibilidade para descativações de projectos cujos órgãos responsáveis tenham encontrado fonte de financiamento.

“Existe, por um lado, a cativação da despesa, mas também existe o procedimento da descativação. Essa descativação só pode ocorrer por solicitação do titular do órgão ministerial e desde que exista uma garantia de financiamento, tanto para despesas de apoio ao desenvolvimento, quanto para o PIP”,

7,3

Biliões de kwanzas correspondem ao montante total do OGE para 2017, incluindo receitas e despesas.

100

Por cento é o quanto o Governo deverá ‘cortar’ em despesas com transferências de capitais.

alerta o MINFIN, por via da sua secretária de Estado.

“Com todas essas premissas, pensamos estarem criadas as condições para uma execução orçamental qualitativa da despesa no actual exercício de 2017”, antecipa a responsável.

Do bolo orçamental para 2017, avaliado em 7,3 biliões de kwanzas, estão reservados 3,577 biliões de kwanzas para as despesas de capital, dos quais 963 mil milhões devem cobrir despesas com o investimento, designadamente a construção de imóveis, construção de infra-estruturas e instalações, além da aquisição de meios e equipamentos de transporte, equipamentos de processamento de dados, aquisição de imóveis e de mobiliário.

Também estão reservados 162.288 milhões de kwanzas para

transferências de capital, 40% dos quais devem ‘cair abaixo’, por “não haver ainda coberturas orçamentais” para o efeito, segundo antecipa a secretaria de Estado do Tesouro.

A rubrica ‘transferências de capital’ inclui as transferências de capital para as instituições financeiras, com um envelope financeiro de 1.577 milhões de kwanzas, transferências de capital para outras empresas, com 70.753 milhões de kwanzas, além de ‘outras transferências de capital’.

GESTÃO APERTADA

Enquanto durar o cenário de baixa disponibilidade financeira do Estado, aos gestores públicos é pedido “um comportamento financeiro que se adequa à realidade económica do país”, segundo a secretária de Estado do Orçamento, Aia-Eza da Silva, quando se dirigia a titulares de cargos públicos.

“É necessário estabelecer prioridades, trazer à mesa o que é realmente importante, continuar a fazê-lo cada vez melhor, para que as unidades orçamentais comecem a entrar no espírito da nova realidade económica do país”, sublinhou a responsável, da equipa de Augusto Archer Manguera nas Finanças.

Desde 2014 que o Governo tem vindo a apelar para uma forte disciplina de gestão aos órgãos da função pública, devido à queda do preço do barril de petróleo, a principal fonte de financiamento do OGE, que, desde então, nunca mais voltou à casa dos 100. Os dados recentes apontam para 54.37 dólares o barril.

Economia/Política

CENSO POPULACIONAL

Angola conta com menos 55 mil habitantes no centro urbano em 2017



Do total da população, mais de 40 milhões residirão nos centros urbanos.

ESTATÍSTICAS. População urbana representa agora 60,8% do total da população estimada para este ano. Em 2016, representou 63% do total projectado. Os dois cenários continuam, no entanto, acima da população estimada para a zona rural.

Por António Nogueira

A população urbana, projectada para este ano, reduziu cerca de 0,32% para 17,2 milhões de habitantes, comparativamente aos 17,3 milhões do ano passado, traduzindo-se numa queda de cerca de 55,5 mil habitantes, de acordo com os cálculos do VE.

Com as actuais projecções, a população urbana passa a representar 60,8% do total em Angola, estimada em 28,3 milhões de habitantes, segundo os dados do Insti-

tuto Nacional de Estatísticas (INE), actualizados na semana passada.

Este ano, segundo as projecções do INE, a população que vive em zonas urbanas, tal como em 2016, continua a ser dominada por mulheres que representam 51% do total, sendo que os homens, estimados em 8,4 milhões, representam 49%.

Em 2016, do total da população calculada (27,5 milhões), os residentes em zonas urbanas representavam 63%, sendo que, dessa média, 8,4 milhões eram homens e 8,8 milhões mulheres.

Entretanto, este ano, a população rural prevista, apesar de ter aumentado cerca de 1,5% para 10,3 milhões de habitantes, contra os 10,1 milhões de 2016, reflectindo

um aumento de 156 mil novos habitantes, continua abaixo da estimada para a zona urbana.

Comparativamente ao total da população projectada, os residentes de zonas rurais representam 36,4%, este ano. Em 2016, essa média fixou-se nos 37% do total.

Na zona rural, as mulheres são também a maioria, estimadas em 5,3 milhões contra 4,9 milhões homens. Em 2016, o quadro era o mesmo. Ou seja, havia 5,2 milhões habitantes do sexo feminino contra 4,9 milhões masculinos.

Em termos globais, a população de Angola deverá atingir 28,36 milhões de pessoas em 2017, das quais 13,4 milhões do sexo masculino e 14 milhões femininos.

67 MILHÕES ATÉ 2050

Angola terá uma população estimada em 67,92 milhões de habitantes em 2050, de acordo com a Projectão da População 2014-2050 elaborada pelo INE, prevendo-se que, nessa data, haverá 33,54 milhões de homens e 34,87 milhões de mulheres. Do total da população, mais de 40 milhões residirão nos centros urbanos e os restantes 27,89 milhões nas zonas rurais.

A densidade populacional de Angola mais do que duplicará face aos 21,5 habitantes por quilómetro quadrado de 2014 para 54,5 habitantes por quilómetro quadrado.

A projecção da população, rural e urbano, e de cada província, assim como as características demográficas foram estimadas através do programa RUPAGG desenvolvido pelo departamento de censos dos EUA, destinando-se a disponibilizar informação desagregada sobre a evolução da população angolana por grupos etários, sexo e residência.

BALANÇO

'Natal seguro' com 1,8 mil infracções

Mais de 1.800 infracções comerciais de natureza diversa foram detectadas, no período de 06 a 30 de Dezembro do ano passado, no âmbito da "Operação Natal Seguro", coordenada pela Comissão Multisectorial da Inspeção Nacional.

De acordo com o coordenador da comissão, Heleno Gonçalves Ferreira Antunes, Luanda, com um registo de 345 casos correspondentes a 56% do total das infracções, foi a província com mais violações à actividade comercial praticada pelos comerciantes durante a época em análise.

As infracções, segundo Heleno Antunes, consubstanciaram em ausência de facturas de aquisição de produtos, falta de higiene e de salubridade nos estabelecimentos.

A venda de produtos impróprios ao consumo humano e a falta de processo de importação de bens constituíram igualmente violações às regras da actividade comercial, tendo sido ainda apreendido, por suspeita, produtos que foram submetidos a exames no laboratório do Comércio.

A operação 'Natal Seguro' apreendeu um total de 6492 tipos de produtos calculados em mais de 178 milhões de kwanzas.

A Comissão Multisectorial da Inspeção Nacional é integrada, além da Inspeção Geral do Comércio, os Serviços de Investigação Criminal (SIC), Gabinete de Inspeção e Fiscalização do Minhotur, INADEC e Laboratório de Controlo de Qualidade.



- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Entrevista

PCA DO INSTITUTO DE FOMENTO EMPRESARIAL, DALVA RINGOTE

“A actividade empresarial em Angola é incipiente”

A presidente do conselho de administração do Instituto de Fomento Empresarial (IFE), considera a actividade empresarial em Angola incipiente, mas mostra-se optimista com a capacitação dos empresários. Dalva Ringote Allen avança que o IFE conseguiu captar uma linha de financiamento de 70 milhões de euros da Espanha, que vai ser divulgada em Fevereiro próximo.



Mário Mijares © VE

Por José Zangui

Como caracteriza a situação das empresas angolanas, podem considerar-se competitivas?

A actividade empresarial privada em Angola é bastante incipiente. É público que o país têm uma elevada dependência do sector petrolífero e que,

com a desaceleração deste, o não petrolífero ficou afectado também. Não obstante a isso, se olharmos para a região, Angola tem vantagens competitivas relativamente a mercados como África do Sul porque possui um conjunto de produtos exportáveis como petróleo, diamante, rochas ornamentais, café...

E nesses sectores, temos empresas competitivas?

Temos algumas, membros das Empresas Exportadoras e Internacionalizadas de Angola (CEEIA), e os nossos bancos também estão

prontos para a internacionalização. E ainda há outras empresas a experimentar a internacionalização de produtos diversos. Mas é preciso sublinhar que não basta termos um número, é preciso apoiarmos as nossas empresas e torná-las fortes, e inseri-las no mercado internacional para competirem em pé de igualdade.

Quantas fazem parte da CEEIA?

Cerca de 30 empresas dos diferentes sectores de actividade, em números exactos estamos a falar de 28, incluindo alguns bancos.

Quais são os pontos fracos do empresariado nacional?

Temos de reconhecer que o nosso mercado é novo se compararmos com outras economias desenvolvidas. Mas um dos pontos fracos específicos é a fraca capacitação. Temos dotado as nossas empresas com insumos necessários do ponto de vista de gestão para que tenham robustez, porque os outros elementos, como as dificuldades financeiras, são secundários.

Que dizer da taxa de mortalidade das empresas?

É preocupante. Do total de empresas criadas num espaço de um ano, apenas 30% sobrevivem, 70% morrem, segundo o Instituto Nacional de Estatística. Entendemos que é uma questão muito preocupante.

O Ministério da Economia tem soluções para contornar a situação?

É preciso, primeiro, que os empresários e empreendedores estejam dotados de conhecimento. O Governo tem estado a criar instituições como IFE para que, com a capacitação e outros apoios, como a instrução na elaboração dos seus

“ Há um conjunto de acções que vamos realizar este ano e incluímos a elaboração de estudos sectoriais. ”

processos, sejam bem-sucedidos. É preciso também que, na hora de se criar uma empresa, o empresário saiba o seu foco.

Que tipo de apoio o IFE presta ao sector empresarial?

O Instituto de Fomento Empresarial (IFE) foi criado para ajudar o empresariado nacional a potenciar-se para poder ombrear com empresas de outros mercados. Neste momento, está em curso a formação e capacitação de líderes de comunidade do subsector do café, sendo que esta é uma ‘comodity’ de relevância no mercado internacional.

Apoiamos na remoção de barreiras institucionais, na identificação de mercados alvo para a exportação e também na captação de financiamento para as empresas locais.

Justifica-se um pacote de capacitação para produtores do café?

O café faz parte dos programas dirigidos eleitos pelo Governo. Tem merecido uma atenção do Estado por envolver muitas famílias e pretende-se que esta cultura seja relançada para o equilíbrio da balança comercial.

Há vozes que defendem que jamais se alcançará as quantidades de café de antes da independência...

Temos de reconhecer que as técnicas dos anos 50 já não são aplicáveis actualmente, por isso estamos a capacitar os agricultores a adaptarem-se às novas técnicas.

Mas a mão-de-obra de hoje é assalariada. Contudo, podemos aumentar a produção em relação às quantidades actuais e a continuar a exportar.

Há ainda queixas sobre a falta de incentivos. O que dizer?

Em Angola, o fomento empresarial é um processo novo na sua construção sistémica na qual o sector privado é sujeito parte. Porque abarca um conjunto de componentes, desde o institucional, legal, fiscal.

Os bancos estão a desempenhar bem o seu papel?

Penso que estão a desempenhar um papel relevante, deveriam fazer mais, mas, no contexto de escassez, não podem. De forma tímida, têm sabido atender o sector empresarial.

Temos que reconhecer que o nosso mercado é novo se compararmos com outras economias desenvolvidas. Mas um dos pontos fracos específicos é a fraca capacitação.

Apoiamos na remoção de barreiras institucionais, na identificação de mercados alvo para a exportação e também na captação de financiamento para as empresas locais.

Se olharmos para a região, Angola tem vantagens competitivas relativamente a mercados como África-do-Sul porque possui um conjunto de produtos exportáveis como petróleo, diamante, rochas ornamentais, café...

Mário Mujetes © VE



PERFIL

Dalva Ringote Allen nasceu no Lobito, Benguela, há 44 anos. Quadro do Ministério das Finanças desde 2007, apresenta-se como uma jovem que acredita piamente no potencial de Angola. Finalista de mestrado, em Administração Pública e Finanças, numa das universidades dos Estados Unidos, está desde Março de 2016 em Comissão de serviço a exercer as funções de presidente do conselho de administração do Instituto de Fomento Empresarial. É casada e mãe de quatro filhos.

Em que consiste a parceria entre o IFE e a Companhia Espanhola de financiamento?

A Companhia Espanhola de financiamento tem disponível 75 milhões de euros para projectos privados em Angola, nos domínios do agronegócio, transportes e logística. A linha é destinada a empresas angolanas em parceria com empresas espanholas.

O IFE deixou de publicar estudo sectoriais sobre o mercado angolano?

Há um conjunto de acções que vamos realizar este ano e incluímos a elaboração de estudos sectoriais. Os últimos foram publicados há três anos, num contexto diferente do actual, por isso, alguns estudos serão actualizados porque houve alterações. O sector empresarial melhorou nalguns casos e desacelerou noutros, como devem perceber.

Este ano teremos dois estudos sobre o mercado, um sobre o apoio às exportações, financiado pelo Banco Africano de Investimento. E teremos a análise de identificação dos mercados-alvo.

A nova administração do IFE tem menos de um ano, que desafios tem pela frente?

O IFE foi criado em 2011 e entrou em acção em 2012. A nova direcção tomou posse em Março último e não vai fugir daquilo que é a missão para a qual a instituição foi criada.

Nomeadamente o apoio à identificação de mercados alternativos para as exportações dos produtos angolanos em alinhamento aos programas dirigidos, avançar contactos com instituições financeiras nacionais e internacionais para o apoio as empresas privadas, formação e capacitação institucional das empresas privadas. Queremos ser o vector catalisador do processo de aceleração da diversificação da economia, incentivando as empresas a produzir mais e reduzir as importações.

Faremos também a articulação com o sector empresarial para atender as suas expectativas e, vamos continuar a capacitar os empresários. Temos celebrado um protocolo com a Universidade Agostinho Neto (UAN) para que estudantes desta instituição beneficiem de estágios nas empresas.

MEMORIZE ▲ Executado ◆ Em curso ▼ Não executado ✕ Suspenso ● Sem dados



MINISTÉRIO DAS PESCAS

Para as pescas foram definidos programas e metas que passam pela competitividade e desenvolvimento da pesca artesanal. Desenvolver acções centradas em melhorar a sustentabilidade da exploração dos recursos pesqueiros, apoiar a pesca artesanal, desenvolver a aquicultura e o reforço do sistema de formação técnica e científica.

Principais programas projectados

- ◆ Projecto de Centro Regional de Monitorização Contínua de Actividades de Pesca – MONICAP
- ◆ Implantação da aquicultura
- ▲ Apoio ao sector das pescas
- ▲ Reabilitação do Instituto Médio Hélder Neto
- ◆ Projecto da academia de pesca do Namibe (2ª fase)
- ▲ Construção e apetrechamento do Entrepasto Frigórico do Namibe
- ▲ Reabilitação do porto pesqueiro da boa vista



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA

O Governo definiu como prioridade as cadeias produtivas alimentar, de bebida, cimento, rações para animais. Mas também o reativar da indústria têxtil paralisadas há anos.

Principais programas projectado

- ▲ Elaboração do plano de industrialização de Angola
- ▲ Concretizar os projectos em curso, em 2013 para a fileira têxtil
- ◆ Instalar novas empresas industriais e viabilizar as existentes
- ◆ Infraestruturar os polos de desenvolvimento industrial
- ▲ Realização do censo da indústria

4- MINISTERIO DA GEOLOGIA E MINAS

Para este ministério o desafio no quinquénio em referência foi o de promover o desenvolvimento do sector, em bases sustentáveis, permitindo deste modo a geração de emprego e da riqueza.

Principais programas projectados

- ◆ Diversificar a produção mineira
- ◆ Controlar e fiscalizar de modo eficiente as actividades geológicas e mineiras
- ◆ Inserir a actividade diamantífera nas diferentes fases da fileira diamantífera (prospecção, extracção e joalharia)
- ◆ Executar programas básicos, visando a cartografia temática de cunho geológico, geométrico e metalogénico.



2-MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

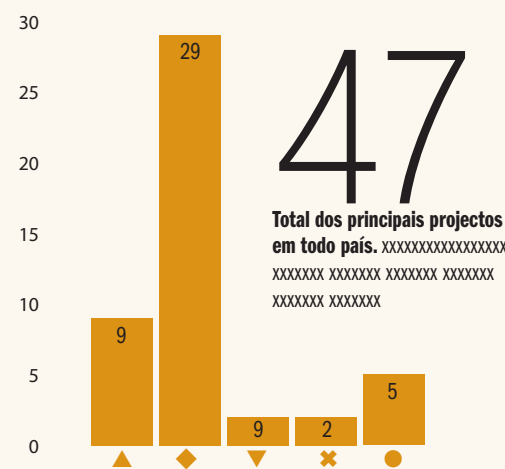
Um dos sectores com mais projectos, tinha como meta, até 2017 a promoção do desenvolvimento integrado e sustentável do sector agrário tomando como referência o pleno aproveitamento do potencial dos recursos naturais produtivos e a competitividade do sector, visando garantir a segurança alimentar e o abastecimento interno. O aumento da criação do aumento do emprego é outra meta.

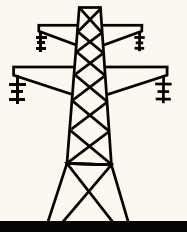
Principais programas projectado

- ✕ Programa de fomento da actividade produtiva- tem como medida a reacção de acções de apoio às campanhas agrícolas e o fomento da produção de sementes
- ◆ Desenvolvimento da agricultura familiar - implementação de polos de desenvolvimentos agropecuário.
- Segurança alimentar nutricional – promover a construção de hortas escolares; instalar rede agrometeorológica e o sistema de alerta.
- ✕ Desenvolvimento da agricultura comercial
- ◆ Assegurar a instalação dos polos- agroindustrial de Capanda, Cubal, Longa Quizenga, Pedras Negras, Camabatela. Pro mover uma campanha de marketing do café de Angola. Promover a implementação de projectos agrícola de grande escala.
- Programa de Saúde publica Veterinária –erradicar a mosca tsé-tsé, realizar campanhas de contingência contra raiva
- ◆ Desenvolvimento da fileira das carnes e leite- apoiar a organização das fazendas de Cacanda, Negaje, Nezeto, Luena e Cangandala.
- ◆ Construção e reabilitação dos perímetros irrigados – construir perímetros irrigados do Sumbe, Mucuso e Misombo.
- ▼ Cobertura em 60% as necessidades em açúcar até 2017.



Principais projectos do sector económico de 7 Ministérios e a sua execução





MINISTÉRIO DA ENERGIA E AGUÁS

Energia

Aumentar e melhorar a qualidade do fornecimento de energia eléctrica para satisfazer as necessidades de consumo acompanhando o desenvolvimento económico e social do país é o desafio deste sector. No capítulo das águas foi projectado a promoção do abastecimento de água potável à população e de água para o sector produtivo.

Principais programas projectados

- ◆ Expansão da capacidade de produção e transporte de Energia eléctrica
- ◆ Reabilitação e ampliação das redes de distribuição de energia eléctrica
- ◆ programa nacional de electrificação prevê a electrificação de 86 municípios sede e 124 sedes comunais até 2017

Águas

Principais programas projectados

- ◆ Água para todos – A meta era chegar aos 80% da população rural até 2017.
- ◆ Reabilitação e expansão dos sistemas Urbanos de água e saneamento

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Dotar o país de uma rede de transportes integrada e adequada aos objectivos de desenvolvimento nacional e regional, facilitar o processo de expansão económica e potenciar as políticas territorial e populacional constam do plano nacional desenvolvimento (PND) 2013/2017.



Principais programas projectados

- ▲ Concluir a reabilitação dos caminhos-de-ferro.
- ◆ Consolidar a rede de transportes públicos de passageiros-
- Finalizar o relançamento sustentado da actividade marítima e promover a reposição do transporte marítimo internacional de bandeira
- ◆ Assegurar a conclusão da construção do novo aeroporto de Luanda e concluir o programa de refundação da transportadora aérea angolana (TAAG).



MINISTÉRIO DO COMERCIO

Entre os desafios que se propôs para até 2017 destaca-se a promoção e criação de centros logísticos e a existência de uma rede comercial operativa e funcional adequada às necessidades do mercado.

Principais programas projectados

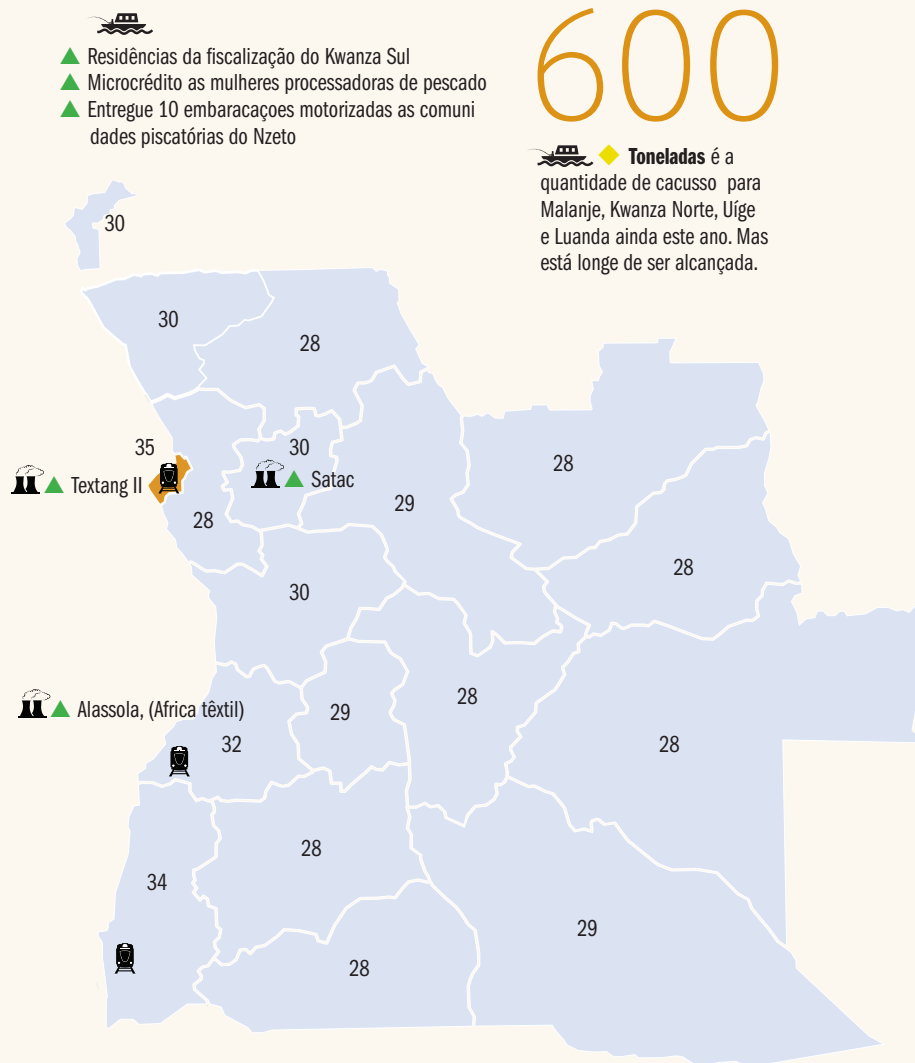
- ◆ Regular a oferta de bens do cabaz de compras básico, funcionando como travão a actuação de agentes especulativos.
- ◆ Expansão da rede comercial – com um investimento privado de 184 mil milhões de kwanzas, dos quais 40 por cento destinado a construção de Hipermercados, prevê a construção até 2017 de 56 estabelecimentos grossistas, 86 Cash e Carry, 124 supermercados, 489 lojas de proximidades e 19 armazéns. Este projecto previa a criação de 67 mil postos de trabalhos directos até 2017.
- ◆ Construção de Entrepasto Logístico.
- ◆ Prevê criar nove Centro Logístico de Operação e Distribuição (CLODs), nove Entrepasto Logísticos e Armazéns de reserva estratégica de produtos. Este programa no total vai criar 12 mil postos de trabalho directo e 13 mil indirectos.
- ◆ Construção Mercados Municipais- foram construídos 14 mercados municipais integrados, 57 mercados rurais e 24 estão em construção.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA

- ▲ Implementar o Plano director para o desenvolvimento do turismo
- Criar um sistema nacional de formação profissional para o sector
- ▼ Construir, reabilitar e apetrechar escolas técnico-profissionais para o sector turístico
- Criar o Instituto Nacional de Formação turística
- ◆ Estabelecer calendários de férias e de eventos turísticos
- ◆ Implementar serviços de informação de apoio aos visitantes e turistas
- ◆ Apoiar a expansão da rede hoteleira no país
- ◆ Promover o desenvolvimento dos polos turísticos (quando Kubango, Luanda e Malanje)

Projectos por províncias



600

◆ Toneladas é a quantidade de cacuso para Malanje, Kwanza Norte, Uíge e Luanda ainda este ano. Mas está longe de ser alcançada.

2012

▲ Construção cerca de 13.200 hectares, necessita de 567, 3 mil milhões de kwanzas, período 2013/2022.

60%

Total dos principais projectos em todo país.
 xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
 xxxxxxx xxxxxxx xxxxxxx xxxxxxx xxxxxxx xxxxxxx

◆ Governo prometeu desenvolver uma capacidade energética de mais de 6.200 MW, até o final de 2017, o que representaria uma cobertura de cerca de 82% população, com base em dados de 24 milhões de habitantes. Mas a produção, nos últimos cinco anos, cresceu pouco, saindo apenas dos 1.200 para os actuais 2.020 MW. Para se atingir a meta será necessário produzir mais cerca de 4000 megawatts.

Mercado & Finanças

AMÍLCAR SILVA

“O problema não são os PEP”

BANCA. Na segunda metade da entrevista que o presidente da Associação Angolana de Bancos (Abanc) concedeu ao VALOR, o destaque recaiu sobre a problemática da presença de Pessoas Politicamente Expostas nos bancos.

Por Cândido Mendes

A presença de Pessoas Politicamente Expostas (PEP, na sigla em inglês) nos conselhos de administração dos bancos tem sido reportada como um dos ‘males’ que enfermam o sistema financeiro nacional e que esteve entre as razões da saída do país dos bancos correspondentes de dólares ou provedores de notas físicas, devido aos ‘riscos’ associados ao incumprimento de regras contra a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

O Grupo de Acção Financeira (GAFI), de que Angola é signatária, define PEP como pessoas com funções públicas “proeminentes”, tais como chefes de Estado/Governo, políticos, altos funcionários governamentais, judiciais ou militares, altos executivos de empresas estatais, importantes

funcionários de partidos políticos e seus familiares directos.

O GAFI é a entidade inter-governamental cujos objectivos são os de estabelecer normas e promover a implementação efectiva de medidas legais, regulamentares e operacionais no combate ao branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e “outras ameaças relacionadas com a integridade do sistema financeiro internacional.” Essa entidade recomenda regras rígidas quando os processos de movimentação de capitais envolvam PEP.

Mas o presidente da Associação de Bancos Angolanos desdramatiza o tema, defendendo que o problema não está nos PEP, mas antes no cumprimento de regras. “Os PEP não são uma matéria exclusiva de Angola”, observa, sustentando que “não foram criadas regras para Angola, mas foram criadas regras internacionais para serem cumpridas”. Amílcar Silva defende que há cumpridores e incumpridores e nota que “entre os cumpridores há também PEP”, pelo que essa designação

não deve ser vista como “pejorativa”.

Aos olhos do ‘patrão’ dos banqueiros, os países devem ter uma legislação interna, “assim como Angola tem” de ver compatibilizada com as normas de outros países com os quais tem relações comerciais. “Por exemplo, nós não temos correspondentes em dólar. Ora, temos de ver o que temos de fazer em termos de compatibilização de legislação com esses países, porque eles são soberanos da moeda”, alerta, reforçando que “quem quiser vender o dólar terá de cumprir as regras que o ‘dono’ da moeda impõe”. “Temos de compatibilizar e está a trabalhar-se nisso, mas demora o seu tempo”, explica. “O que interessa é que o país dê provas de que está interessado em trabalhar nisso, dê provas de que quer fazer as mudanças necessárias.”

TAXA DE BANCARIZAÇÃO A 60%?

A taxa de bancarização, o índice de pessoas usuárias de contas bancárias, “terá subido muito” e variado entre



50% e quase 60% até ao final de 2015, declara a Abanc.

Segundo Amílcar Silva, a associação e outras organizações que trabalham com bancos, em Angola, tiveram como base de comparação a população em idade laboral (acima dos 14 anos), alterando a perspectiva de comparação pela população em geral. “Organizações que trabalham muito com os bancos e que fazem juízos opinativos com muita credibilidade já subiram a bancarização para os 51 a

52%”, indicou a Amílcar, declarando que “a nível da Abanc estamos um bocadinho mais”.

Dados da Abanc avançam, por outro lado, que, “ao contrário do que se pensa”, os grandes centros urbanos são os que mais precisam de agências bancárias, de modo a evitar-se o aglomerado que se regista actualmente. Entre 62% e 63% dos municípios têm mais que um banco, no entanto, a maioria dessas localidades não tem atividade económica relevante.

BMI RESEARCH

Produção de petróleo continuará “forte” até 2018

Por Cândido Mendes

A produção petrolífera nacional deverá manter-se “forte”, não sendo afectada pelos baixos preços, e deve aumentar até 2018, diz um relatório da BMI Research, uma subsidiária da agência de notação Fitch Ratings.

Depois de 2018, a BMI Research prevê, no entanto, uma queda da produção do crude, devido ao “declínio acentuado” do ritmo de produção nos campos que vão chegando ao fim do ciclo de vida e por não estarem previstos novos projectos.

Por outro lado, a produção de gás natural manter-se-á “limitada” na previsão da BMI, registando uma

fraca procura doméstica, mas beneficiará do retorno à actividade do Angola LNG, depois do prolongado tempo de encerramento.

O afrouxamento do mercado global de gás natural liquefeito e a falta de contratos de vendas a longo prazo “ajudarão” na diminuição da procura de LNG angolano, limitando os níveis de produção e de exportação

num período de 10 anos, segundo estimativas do BMI.

“A perspectiva à jusante é desoladora, uma vez que removemos uma das duas refinarias planeadas da nossa previsão devido à falta de progresso e à fraca posição financeira da Sonangol”, argumenta a BMI Research.

O país vai continuar a explorar crude nas potenciais águas costeiras. No entanto, espera-se um abrandamento no ritmo da busca devido aos altos custos das pesquisas, alto risco de águas ultra-pro-

fundas e perfuração do pré-sal na medida em que as empresas procuram “controlar as despesas de capital e exercer disciplina fiscal mais apertada”.

A BMI Research nota também o facto de a China continuar a tornar-se um cliente cada vez “muito importante” para Angola. Em Setembro de 2016, Angola exportou para a China mais de um milhão de barris de petróleo, ocupando a posição de fornecedor número um de crude ao gigante asiático, posição já ocupada em Julho do mesmo ano.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**3716 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

ATÉ JULHO 2016

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Empresa & Negócios



TRANSPORTES FERROVIÁRIOS

CFL duplica viagens para o Luau

A administração dos Caminhos-de-Ferro de Benguela (CFB) prevê aumentar o número de frequências semanais entre o Lobito e o Luau de duas para quatro, durante o primeiro trimestre, com a entrada das oito locomotivas adquiridas à multinacional norte-americana, General Electric.

Em declarações à imprensa, o administrador técnico dos CFB, Luís Teixeira, disse que, até ao final de Março, a maior parte das novas locomotivas estará a funcionar, “o que vai ser uma mais-valia para a frota no que respeita ao transporte de passageiros e mercadorias”.

As máquinas, fabricadas na General Electric, nos Estados Unidos, possuem uma capacidade de tracção de trinta vagões, equivalentes a 1.200 toneladas de mercadoria diversa.

Luís Teixeira garantiu também que estão em curso contactos com o empreiteiro, para a reposição dos cabos de fibra óptica furtados recentemente por meliantes no quilómetro 41, do troço ferroviário entre Negrão e Caimbambo, para

que as comunicações em torno da linha sejam funcionais em todas as estações.

As novas locomotivas estão nas oficinas gerais dos CFB, na cidade do Lobito, onde efectuem testes de linha. As 15 locomotivas da General Electric que chegaram a Angola foram repartidas pelas três empresas ferroviárias, tendo sido a companhia de Benguela a recebê-las em primeiro lugar.

Recentemente, os CFB anunciaram que transportou mais de 150 mil passageiros no troço Luau/Luena, província do Moxico, durante o ano passado.

Os CFB têm uma extensão de mil 344 quilómetros e dá acesso à parte mais interior do país. Para lá de Luau, os CFB encontram-se ligados aos sistemas ferroviários da República Democrática do Congo e da Zâmbia.

Através da ligação à Zâmbia, é possível chegar à cidade de Beira, em Moçambique, e a Dar es Salaam, na Tanzânia, junto ao oceano Índico. Também se encontra ligada indirectamente ao sistema ferroviário da África do Sul.

ROTAS ‘SEM LUCROS’ PARA A COMPANHIA PÚBLICA

Privados podem tomar rotas domésticas da TAAG

TERCEIRIZAÇÃO. Aviadoras privadas, que se queixam de concorrência desleal no segmento, devido à presença da companhia de bandeira, financiada pelo Estado, poderão ter ‘rota livre’ nos voos provinciais.



Por António Miguel

A

transportadora aérea pública estará a estudar a possibilidade de terceirizar os serviços de voos domésticos a operadoras privadas, que já exploram estas rotas. Segundo fontes próximas ao processo, a administração da TAAG

já terá ‘pré-seleccionado’ alguns parceiros com os quais estará a manter contactos.

Abordado sobre o assunto, o porta-voz da ‘companhia de bandeira’, Carlos Vicente, não deu qualquer resposta, não confirmando nem negando a informação. No entanto, há dois anos, o Ministério dos Transportes tinha já admitido que a transportadora aérea do Estado deixaria de voar para destinos provinciais.

“É um processo que está na estratégia do Governo e está a ser equacionado para criar competi-

tividade aérea. A separação dos dois segmentos visa permitir que os domésticos venham ser mais potenciados e com aeronaves de menor porte, permitindo maior rotatividade”, afirmou, então, o secretário de Estado para a Aviação Civil, Mário Domingues.

Na altura, e sem avançar muitos detalhes, o Governo avançava apenas que deveria ser criada uma outra empresa pública vocacionada para os voos domésticos. Embora, não se soubesse ainda em que moldes, nem quando esta operação deveria acontecer, a TAAG já



O GRUPO GEMA S.A obteve os direitos mineiros para a exploração de calcário numa área com 116 hectares, situada na localidade da Hanha do Norte, no município do Lobito, em Benguela, indica um despacho, de 12 de Janeiro, assinado pelo ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz.



A FÁBRICA DE ÁGUA Cesse regista, desde o ano passado, queda na produção, por falta de divisas para importar matéria-prima. A fábrica tem capacidade para produzir 16 mil litros/hora, que foi forçada a reduzir para seis mil litros, declarou o seu director-geral, Gilberto Cassumba.



mento, tendo em conta que esta beneficia do Orçamento Geral do Estado. Assim, se a empresa pública concretizar a terceirização do serviço de voos domésticos, algumas dessas aviadoras privadas vão passar a transportar passageiros da TAAG, nessas rotas.

'abandonou' alguns destinos provinciais, como Malanje, enquanto noutras 'paragens', como Menongue e Saurimo, foram reduzidas as frequências. Deste modo, a frota para dentro do território nacional passou de oito para cinco aviões.

Num contexto de custos operacionais elevados e baixos fluxos de passageiros, especialistas em aviação civil, que ligações aéreas provinciais não são lucrativas para a operadora pública. "A TAAG só resiste em rotas dessa natureza por se tratar de uma empresa subvencionada pelo Estado", apontam os analistas do sector.

A Air 26, SJL Aeronáutica, Air Jet e Air Guicango são, actualmente, as principais companhias privadas. A Sonair, subsidiária da Sonangol, também realiza ligações aéreas internas. Grande parte destas empresas queixa-se de concorrência desleal, por causa da presença da TAAG neste seg-

O sector da aviação comercial doméstica também tem sido afectado pela crise cambial, que se vem registando, há dois anos, na economia angolana.

Também nos últimos anos, a aviação doméstica passou a contar com uma concorrência mais forte de empresas de autocarros interprovinciais, que passaram a ser a opção para muitos passageiros que se deslocam de uma província para outra.

Várias empresas deixaram de voar por razões de custos operacionais elevados. São exemplos a LAM, a Diexim e a SAL.

Numa outra ocasião, o director comercial da Air 26, Luís Arriaga, tinha avisado que neste negocio "só permanecerão as empresas que respeitarem os passageiros, com cumprimentos dos horários de voos e que tiverem capacidade de inovar constantemente os serviços".

MEMORIZE

● **GOVERNO** lançou um processo de reformas profundas na TAAG, que culminou com um acordo que pôs a gestão da companhia nas mãos da Emirates. O contrato prevê um novo modelo de gestão e a empresa passou a ser gerida por um conselho de administração, composto por nove membros, cinco dos quais indicados pela parte angolana (com apenas um executivo) e os restantes quatro, todos executivos, pela parte árabe, incluindo o seu presidente, Peter Hill.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA 'ZONA CONJUNTA'
RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola

A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na 'Zona de Interesse Comum' está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras 'favoráveis' a Angola. Pág. 14



PETRÓLEO
Potencial do onshore ignorado

Com os custos de produção de petróleo a rondarem os 35 dólares por barril, especialistas apóiam-se para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos que promove a criação de micro-empresas locais e de emprego.

EM CAUSA A CRISE DE DIVISA
Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanza

A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (ABREB) é autora de uma proposta que deverá ser submetida ao governo brasileiro no sentido de acertar com as autoridades angolanas, para que o real seja aceite em Angola e o kwanza no Brasil. Pág. 16

Luanda com seis novas centrais eléctricas

Empresas de Produção de Electricidade (PRODEL) adquiriu seis centrais da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que prevêem abastecer mais de 600 mil residências em Luanda. Pág. 18

CATIVIDADE DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE

A entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inscrito no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais aversam a revisão do documento. Os cortes mas que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes mas que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes mas que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Pág. 10-11

Market index table showing rates for ANZ, USD, EUR, LIBRA, YUAN, and RAND.

Descarregue a App



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
Contactos comerciais: 941 784 791 (Arieth Lopes),
941 784 792 (Geovana Fernandes)
Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola

Empresa & Negócios

PARA COMBATER 'GARIMPO' NAS ZONAS DE EXPLORAÇÃO

Endiama dá estatuto de empresa a cooperativas

INDÚSTRIA EXTRACTIVA. Cooperativas diamantíferas com melhor 'performance' na exploração poderão saltar para a categoria de empresas, num projecto da Endiama que pretende acabar com o garimpo de diamantes nas zonas de exploração. A medida prevê substituir exploradores imigrantes por nacionais. Geologia e Minas vai apoiar.

Por Nelson Rodrigues

A

Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama) vai elevar à categoria de empresa as cooperativas diamantíferas com melhor desempenho no processo de exploração, revelou o presidente do conselho de administração (PCA) da companhia, António Carlos Sumbula.

De acordo com a administração, que balanceava os 36 anos de actividades da empresa, na semana passada, o projecto é parte de uma estratégia da Endiama e do Ministério da Geologia e Minas que prevê acabar com a exploração diamanti-

fera artesanal e promover a actividade formal no sector, assim como incluir operadores nacionais em detrimento de imigrantes ilegais.

“Estamos a notar que as cooperativas estão, de facto, a combater a pobreza e este método está adoptado. E estamos a trabalhar com o Minsitério da Geologia e Minas no sentido de fazer com que aquelas cooperativas que revelarem uma melhor 'performance' sejam transformadas em pequenas empresas”, garantiu Carlos Sumbula.

Nas Lundas Norte e Sul, o anunciado mecanismo de combate ao 'garimpo' de diamante parece estar já em curso e a dar resultados, a avaliar pelos sinais apontados pela administração. Segundo o gestor, as cooperativas revelaram-se “um bom meio” para impedir que os imigrantes [ilegais] furassem as fronteiras angolanas.

“Vamos continuar a implementar os métodos das cooperativas,



já que se revelou ser um meio que funciona como um facto de dissuasão. As áreas que antes eram ocupadas por estrangeiros, estamos a atribuí-las a angolanos. E isso é bom”, regozija-se o gestor.

Em 2013, uma missão conjunta do Ministério da Geologia e Minas e vários técnicos da Endiama e Sodiam trabalhou no Bié com o objectivo de avaliar a prática da exploração e comercialização ilegal de diamantes.

Actualmente, a estratégia de controlo vem reforçada com a ideia da promoção de cooperativas a pequenas empresas, que também “ajudará na redução da pobreza”, segundo defendeu o ‘número um’ da diamantífera estatal.

PERDAS EM 2016

Do balanço das actividades desenvolvidas no ano passado, Carlos Sumbula destacou o facto de a empresa ter produzido mais diamantes, mas sem reflexos no volume de receitas entradas nos cofres da entidade face a 2015.

A Endiama facturou, no exercício financeiro de 2016, menos 130 milhões de dólares, apesar de a produção anual nacional ter aumentado para nove milhões de quilates. No ano anterior, as contas de balanço registavam uma produção anual de oito milhões de quilates.

Assim, e para o aumento das receitas, Sumbula antevê uma estratégia que privilegia a redu-

ção da produção. “Quando dissemos que pretendemos reduzir a produção para melhorar o preço, é justamente por o aumento da produção estar a reduzir as receitas. O aumento da produção aumenta a oferta e, conseqüentemente, reduz o preço e, por consequência, as receitas”, justificou.

Ao projectar 2017, Carlos Sumbula adiantou que as receitas para o ano corrente estão dependentes de conversas que a sua entidade deve manter com técnicos do sector. Quando questionado sobre quanto poderá entrar para os cofres, Sumbula prefere não se referir aos números. “Indicámos a estratégia que vamos adoptar. O valor que vai ser arrecadado é um cálculo que tem de ser feito”, resumiu o gestor.

LUACHI ESPERA MAIS DOIS ANOS

Das projecções para 2017, integra o Kimberlito do Luachi, na Luanda Sul, um novo potencial nacional de exploração mineira, mas que não deverá arrancar este ano, segundo o PCA da Endiama, para quem a zona ainda “carece de estudo”.

Para já, deve arrancar a “amostragem do grande volume que nos iria permitir o estudo de grande viabilidade técnico-económico”, considera Carlos Sumbula, indicando que este processo de amostragem deve durar até dois anos.

NOVA ROTAS PARA A 'GIGANTE' SAUDITA

Emirates vai voar para Zagreb diariamente a partir de Junho

A companhia aérea Emirates anunciou que irá expandir as suas operações na Europa com voos diários do Dubai para Zagreb, capital da Croácia, no princípio de Junho. A informação consta de um comunicado divulgado

pela companhia.

A empresa que também gere a companhia nacional, TAAG, informa que já opera na Croácia há 14 anos, pelo que lançar o serviço completo era um “processo natural”. Com presença em 45

destinos, a Emirates augura, com a nova meta da empresa, “contribuir para o crescimento dos fluxos comerciais e turísticos entre a Croácia e o Dubai”.

As viagens serão realizadas pelo Boeing 777-300 e oferecerá

até 16 toneladas de carga de voo, abrindo acesso aos mercados. A companhia oferece também mais de 2.500 canais de entretenimento, com filmes recentes.

A empresa Emirates e o Ministério dos Transportes de Angola

assinaram, em 2014, um acordo de parceria estratégica para o desenvolvimento da TAAG, sob liderança do britânico Peter Hill que já anunciou publicamente ter poupado 120 milhões de dólares em custos.



A MUNDIAL SEGUROS anunciou, em comunicado, que retomou a comercialização do seguro de viagem para todos os países. Os referidos produtos poderão ser também adquiridos através da rede de balcões do BPC, instituição com a qual a seguradora mantém uma parceria desde 2008.



PELO MENOS 89 EMPRESAS fecharam, na Lunda Norte, sem prestar qualquer explicação ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), que desconhece os principais motivos do encerramento das mesmas, revelou a responsável da instituição, Judith Joana Mavundo.



A TMA Express é uma unidade de negócios afectada à Secil Marítima SA.

PROCURA BAIXA PARA OS 283,8 MIL

TMA regista queda de passageiros em 9%

TRANSPORTE MARÍTIMO. Empresa considera 2016 como o ano de “afirmação” do transporte marítimo de passageiros em Luanda, apesar da queda da procura.

Por Valdimiro Dias

A

TMA Express – Transportes Marítimos de Angola registou uma queda de 9% no transporte de passageiros, recuando para os

286.800 em 2016, contra os 315.603, em 2015, avançou o Ministério dos Transportes, em relatório.

Em 2016, a empresa teve uma média de 23.900 passageiros por mês, o equivalente a cerca de 784 passageiros por dia, quando, no ano anterior, os números foram relativamente superiores, cifrando-se numa média de

26.301 passageiros por mês, ou seja, 865 passageiros por dia.

No relatório, a nova direcção da TMA, liderada interinamente por Carlos Marçal André desde Dezembro de 2016, destaca que, não obstante o declínio registado nas vendas e no fluxo de passageiros, o ano de 2016 caracterizou-se “pela afirmação do transporte marítimo de passageiros na província de Luanda como alternativa de mobilidade segura e credível para os luandenses e a sua contribuição



para a redução dos engarrafamentos e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida”.

Para o ano de 2017, a meta passa por atingir a marca dos 350 mil passageiros, numa média de 29 mil 167 passageiros por mês, com a direcção da empresa a projectar uma nova estratégia de reorganização interna e de incremento do número de passageiros. A promoção e venda de outros serviços disponíveis, como o fretamento das

286.800

mil, total passageiros transportados pela TMA-Expresso em 2016.

Tarifa do bilhete do TMA - Express

Classe Económica	250.00 kwanzas **
Classe Executiva	1000. 00 Kwanzas

** OBS: O preço definido por Lei 500. 00 Kzs, mas o Executivo subvenciona 50 por cento valor do Bilhete.

embarcações nos períodos de imobilização, as viagens turísticas de final de semana e a venda de publicidade a bordo, integram a nova estratégia da empresa que possui actualmente uma frota composta de cinco embarcações de tipo catamarã. As embarcações operam diariamente a partir dos terminais do Museu da Escravatura, Kapossoca, Mussulo e Porto de Luanda, e consomem uma média de 500 litros de combustível diesel por viagem, razão pela qual o anterior gestor defendia a subvenção dos combustíveis.

Depois de concretizada a cobertura da zona sul de Luanda, como inicialmente definido, o foco da empresa está virado agora para o Norte, onde se prevê a instalação dos terminais de Cacucaco e Panguila, para, sequencialmente, marcar o início da fase de cabotagem do norte a sul da costa angolana.

Do plano de negócio da empresa constam outras tarefas a serem executadas gradualmente, como os serviços de cabotagem para Soyo e Cabinda, localidades em que serão instalados, em cada uma dois terminais e onde devem operar duas embarcações novas, com capacidade de transportar passageiros, camiões e contentores em simultâneo.

O sul de Angola vai receber investimentos semelhantes com a construção de terminais de Lobito, Benguela e Namibe, após a conclusão dos terminais do Norte, projecto que representaria a execução do plano de negócios da TMA - Expresso na sua plenitude, até 2020.

A TMA Express – Transportes Marítimos de Angola é uma unidade de negócios afectada à Secil Marítima SA, com autonomia de gestão e que tem a supervisão do Instituto Marítimo e Portuário de Angola (IMPA), tutela do Ministério dos Transportes, tendo sido criada para gerir o serviço público de transporte marítimo de passageiros.

COMPLEXO MÉDICO

Grupo angolano investe 120 milhões USD na saúde

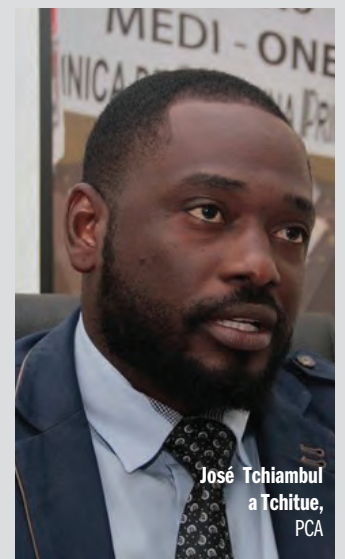
A empresa Tchittue-Living One Bussiness promete investir, até 2019, um montante avaliado em 120 milhões de dólares, para a construção de um complexo de saúde de grande dimensão, a ser construído no perímetro da via expressa, numa área de 350 mil metros quadrados.

As obras terão a duração de um ano e sete meses, garantiu o presidente do conselho de administração da empresa, José Tchiambula Tchitue.

O projecto tem suporte financeiro externo proveniente da Florida, Estados Unidos da América, e prevê investir 375 milhões de dólares, na segunda fase para a construção de clínicas de média dimensão nas 18 províncias.

A terceira fase do projecto que contará com um valor mais acrescido, cerca de 18 mil milhões de dólares, prevê a instalação de clínicas nos países de língua portuguesa.

O complexo foi desenhado para albergar um centro de hemodiálise, dois laboratórios (para a produção de medicamentos naturais e químicos), uma universidade para leccionar e fazer a manutenção dos médicos, um instituto superior para a formação de médicos naturalistas.



José Tchiambula Tchitue, PCA

Empresas & Negócios

CENTRO COMERCIAL E DE LAZER CUSTOU 56 MILHÕES DE DÓLARES

Ulengo center: um ‘gigante adormecido’

COMÉRCIO. Complexo UGC está vazio e com lojas a encerrar. O espaço que custou 56 milhões de dólares, foi inaugurado em 2015, como sendo um dos maiores centros de entretenimento de África.

Por Isabel Dinis

P

arque de estacionamento com poucos carros, amplos corredores vazios nos três andares e funcionários sonolentos

é o que espera o cliente daquele que foi considerado um dos maiores centros

de entretenimento de África, o Ulengo Glakeni Center (UGC), em Luanda. Depois de um ano e cinco meses da inauguração, o UGC está ‘às moscas’, com os espaços de lazer encerrados durante a semana, com lojas a encerrar e muitas ainda por abrir.

Para quem se desloca ao complexo, de 120 mil metros quadrados, pertencente à empresa Glakeni, para fazer compras ou simplesmente para obter momentos de lazer, depara-se, à entrada, com um ‘gigante’ de silêncio atípico. O pouco movimento que o espaço regista é maioritariamente

feito pelos trabalhadores do centro comercial.

Com uma abertura de ‘pompa e circunstância’ em 2015, e direito a corte de fita pela então Ministra do Comércio Rosa Escórcio Pacavira, o espaço surgiu com apoio institucional do Governo, prometendo aos clientes um “conceito africano de lazer”. Apetrechado com equipamentos de diversão, que para muitos eram novidade, os clientes faziam filas consideráveis para experimentar a montanha-russa, a sala de jogos de mais de dois mil metros quadrados e os carrosséis.



MEMORIZE

- O Complexo Ulengo Glakeni Center foi inaugurado em Julho de 2015, pela ex-ministra do Comércio, Rosa Pacavira. O espaço beneficiou de um financiamento do Banco BIC, de 56 milhões de dólares.

O empreendimento beneficiou de financiamento do Banco BIC, de 56 milhões de dólares, com maturidade de 10 anos e início de reembolso a partir da abertura do espaço ao público. Dada a grande adesão do público, em 2015, a empresa gestora do empreendimento previa receber 10 mil visitantes por semana. Realidade que, no entanto, parece impossível alcançar nos últimos tempos.

O espaço foi perdendo clientes, segundo um lojista, “por causa dos preços exorbitantes, para se aceder aos brinquedos do parque de diversões, que serviu como chamariz por





PEQUENOS ACCIONISTAS que integram a associação ATM, em Portugal, apresentaram uma acção judicial onde pedem a nulidade das decisões da AG do BPI de 13 de Dezembro, onde foi votada a venda dos 2% do BFA à Unitel.



O ESCRITÓRIO FTL Advogados vai assessorar, em Luanda, clientes da CMS Rui Pena & Arnaut, com o reforço de quatro advogados. A sociedade portuguesa alia-se à firma angolana para acompanhar o crescimento das operações em Angola.



56

Milhões de dólares é o valor do financiamento concedido pelo Banco Bic.

5

mil Kwanzas é o valor que custa o ingresso VIP no parque de diversões.

não investem em publicidade. Não sei como o dono da Glakeni consegue pagar os mais de 100 trabalhadores que a empresa tem, com esse movimento inexistente”, questionou o lojista.

FALTA UM HIPERMERCADO

O complexo UGC não tem uma loja âncora (um hipermercado), como têm os centros comerciais concorrentes. O espaço tem um supermercado no rés-do-chão, denominado Vafran, de pequena dimensão. O supermercado, por altura da visita do VALOR, estava também sem clientes e com apenas duas funcionárias que arrumavam as prateleiras de modo a disfarçar a falta de produtos nas prateleiras. Quem vive nestas imediações tem variadas opções que, na hora das compras, acabam deixando de lado uma visita ao Ulengo.

CONCORRÊNCIA ‘ACIRRADA’

A concorrência dos ‘shopping centers’ no município de Belas, em Luanda, é acirrada. Depois de alguns anos somente com o Belas Shopping a dominar o mercado, surgiu o Atrium Nova vida, em Novembro de 2012, anunciando o fim da falta de concorrência. Três anos depois, o município ganhou nova vida com o Xyami ‘shopping’ do grupo Zahara. Um ano mais tarde, a população deste município viu nascer mais uma opção, com a abertura do centro comercial Avenida, de Isabel dos Santos, que, segundo a mesma, “veio trazer um conceito diferente aos angolanos”.

No mesmo município, prevêem-se ainda as inaugurações, nos próximos anos, de mais ‘shopping centers’, como o ‘Golf Center Shopping’, do grupo César e Filhos, avaliado em 47 milhões de dólares, o projecto ‘Talatona Shopping’ e ainda o ‘Mundial Shopping’.

abertura do complexo”. Os preços iniciais de acesso ao parque variavam entre os mil e os cinco mil kwanzas, com direito a todos os brinquedos do parque. O complexo teve então de readaptar os preços face à perda de clientes. Hoje o acesso ao parque pode custar apenas 250 kwanzas, por visitante, que permite o uso de brinquedos motorizados, mantendo-se o ingresso VIP nos cinco mil kwanzas.

O VALOR visitou o espaço comercial durante a semana passada e encontrou muitas lojas fechadas, muitas com anúncios na porta para que os clientes ligassem em caso de interesse em

aquisição de produtos, e outras ainda com anúncio de abertura para breve.

Nas que estavam abertas e a funcionar, os trabalhadores disfarçavam o sono e o cansaço com um sorriso e com vontade para atender. “Um cliente é uma realidade rara”, declarou o funcionário de uma garrafeira, quando visitámos o seu estabelecimento, explicando ainda que, “às vezes, até aos fins-de-semana, o movimento é nulo”.

Uma funcionária de uma loja de brinquedos, que encerrou recentemente, declarou que a empresa preferiu fechar a loja a ter perdas considerá-

veis pela fraca movimentação do ‘shopping’. A renda do espaço “ rondava os 200 a 300 mil kwanzas, valores que não conseguia facturar durante o mês, sendo preferível encerrar o armazém, evitando prejuízos significativos”. Contactada, a administração da empresa preferiu não comentar.

CINEMA ENCERRADO

O cinema, que era uma das principais atracções do UGC, está encerrado já há alguns meses. Segundo uma lojista do complexo, o espaço encerrou por falta de clientes. O cinema contava com cinco salas,

sendo três em 3D e duas em 2D, geridas pela ZAP, da empresária Isabel dos Santos, que também gere as salas de cinema do centro comercial Avenida. À entrada de uma das quatro portas do complexo, a administração pede “desculpas pelo transtorno”, num anúncio afixado numa das paredes, prometendo resolver a situação de fecho “brevemente”.

O encerramento do cinema, a falta de publicidade e a localização do espaço, são apontados por um funcionário de uma das lojas, como sendo o responsável pela “fraca” adesão de clientes. “Não sei porque é que



(In)formalizando

FRANCISCO QUEIROZ

“Quanto ao informal, adoptam-se medidas de polícia, em vez de medidas de política”

ENTREVISTA: Autor da obra recentemente lançada ‘Economia Informal’, Mestre em Ciência Jurídica e Económica, e actual Ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz ilustra o contexto histórico-social na base do fenómeno da economia informal, sugere soluções e lembra que o sector é olhado com uma perspectiva microeconómica em vez macroeconómica, e como um todo.

Por António Miguel

O que o motivou a escrever um livro sobre a economia informal?

A motivação inicial foi a continuação dos meus estudos. Eu era

licenciado e com este trabalho tornei-me mestre em ciência jurídica e económica, em 1996, quando defendi a dissertação, na faculdade de direito da Universidade Clássica de Lisboa. Portanto, foi um trabalho motivado pela necessidade de apresentar uma dissertação. Mas, a escolha do tema resulta da minha vivência na sociedade angolana, sobretudo, dos estudos que ia fazendo a nível do direito económico em que fui percebendo que a nossa economia tem duas partes bem evidenciadas. Uma parte oficial e uma parte não-oficial ou informal. Senti que faltava de critério específico para abordar essa matéria, então propus-me fazer um trabalho técnico e científico sobre isso.

Aborda na obra diferentes conceitos de economia informal. Como a resume?

Foi necessário fazer um trabalho de limpeza do conceito, de rastreamento de tudo o que se diz sobre esse conceito e procurar extrair um que fosse a síntese de economia informal. Antes de economia informal, no livro, falei da economia do mercado paralelo. O mercado paralelo tem características muito específicas, porque ocorreu num contexto de economia centrada, no período socialista, de 1975 a 1991. Digamos que 1991 foi o corte constitucional com o regime socialista e com o regime político mono-partidário. 2002 foi, de facto, o virar da página do ponto de vista concreto. Mas até a essa altura, havia o mercado paralelo. O mercado paralelo é um mercado totalmente ilegal face à legislação socialista. Porque a legislação socialista não permitia um outro mercado que não fosse o mercado público, o mercado do Estado. As lojas eram do Estado, as fábricas eram do Estado, agricultura era do Estado, nós próprios advogados éramos do Estado, tudo era do Estado, dentro de um mercado inexistente, porque o mercado não pode funcionar com um único ‘player’, que é o Estado. Então, porque a economia não se compadece com este tipo de regras muito redutoras e muitos exclusivistas, a economia passou a



desenvolver-se ao lado desse mercado. Por isso é que se diz ‘mercado paralelo’. As actividades que hoje são normais desenvolver, naquele tempo eram proibidas, mas eram desenvolvidas nesse tal mercado paralelo, um mercado ilegal.

A concepção do conceito centra-se então em características jurídico-legais?

Este é um critério - o jurídico-legal. Há o critério político também, que tem que ver com os programas. Por exemplo, há uma corrente que defende que uma actividade que não esteja inserida nos programas de desenvolvimento económico do país, nas políticas de médio e longo prazos do Estado, é informal, é um critério político. Há ainda um

outro critério que é o tributário, que dita que a economia que não paga imposto é informal. Esse é o critério que prevalece na Europa e em países organizados, que têm mais meios de controlo da fiscalidade. Este é, para eles, o meio mais forte do controlo da economia oficial, aquilo que escapa do controlo, é enquadrado no informal. É o critério tributário. E, há ainda outro critério, que é decisivo para compreender a informalidade em África, que é o critério sociológico. O critério sociológico faz uma explicação das manifestações informais e da motivação informal com base em motivações culturais. Este critério busca a História económica dos países africanos e vê o que está por

trás, o que leva um tipo de manifestação ou comportamento informal que não está a enquadrar-se na economia de mercado, a economia padrão que veio com a colonização. A Organização Internacional do Trabalho que apresentou o relatório do Quénia, de 1972, onde, pela primeira vez, se apresentou essa corrente chamada ‘estruturalista’ da concepção de economia informal. Estruturalista porque não é uma manifestação meramente episódica de a quitadeira aqui, mercado ali. Não tem essa visão microeconómica. Tem uma visão macroeconómica. Concebe a economia informal num formato macroeconómico, porque está enraizada em motivações culturais.

concebe-se a economia informal numa perspectiva microeconómica quando a economia informal se trata de uma questão macroeconómica.

Essa contextualização histórica é determinante então...

Quando os países europeus chegaram aos países africanos para colonizar, nos séculos XIII e XIV, encontram uma realidade. Esta realidade é política. Encontram sistemas político-monárquicos de governação e tradicional. Encontram um sistema económico baseado numa ideologia chamada comunitarismo, (que não se confunde com comunismo), que é baseada na propriedade dominial dos bens. Os recursos naturais, como os rios, terras, lagos e faunas pertencem a famílias agrupadas em comunidades. Estas comunidades são encabeçadas por um ancião ou pelo rei. Aqui, o objectivo da actividade económica é mais de solidariedade familiar. Ao contrário da economia de mercado que tem um indivíduo centro, uma economia privada, na sociedade tradicional, a economia é comunitária. Daí a solidariedade que, muitas vezes, a Europa tem dificuldades de perceber em África, essa solidariedade familiar. Vem daí, da tradição que muitas vezes até recebe o rótulo de nepotismo. Tudo tem um histórico, as coisas não acontecem por mero pecado. Os países africanos são muitas vezes vistos como se fossem todos pecadores. O positivo do colonialismo é que trouxe métodos mais avançados que permitem levar ao desenvolvimento - a economia tradicional não leva ao desenvolvimento, está em decadência. Mas, apesar de estar em decadência, há muita remanescência nos agentes da economia que os levam a ter um comportamento tradicionalista. Os agentes da economia tradicional têm dificuldades em aderir à economia moderna e têm um espaço de conflitualidade, onde prosperam questões de natureza informal. Por exemplo, em Angola, a economia tradicional é basicamente aquela que se realiza no campo, porque, no interior de Angola, é onde a colonização levou mais tempo para chegar. Luanda, Benguela, no litoral de um modo geral, a economia oficial está mais enraizada, aqui onde está o desenvolvimento. Mas, no interior, a população ainda se rege muito por este tipo de economia informal, ainda vê as coisas nessa perspectiva comunitária. As próprias leis, às vezes, reflectem isso. A lei constitucional, antes desta de 2010, tinha uma figura de propriedade que se chamava 'propriedade familiar' e que desapareceu, na minha opinião precipitadamente,

porque hoje serviria para enquadrar a economia tradicional. E há outras manifestações que se vão assumindo. A própria lei de terra comunitária é exemplo.

Mas a economia informal não se circunscreve aos meios rurais...

Os agentes da economia tradicional deslocaram-se para as cidades em busca de melhores condições de vida, segurança por causa da guerra, e estão aqui, em Luanda, em Benguela, nos grandes centros populacionais urbanos. Trouxeram os seus hábitos e trouxeram também a sua dificuldades de se enquadrar na economia oficial. Realizar a economia de uma forma informal é mais fácil, inclusive por causa das regras que o formal obriga a cumprir. Estes agentes que pertencem a uma economia tradicional ainda têm dificuldades. Então, nas nossas economias africanas, não vale apenas usar o critério tributário para rotular tudo o que está fora do informal. São pessoas que não fazem de propósito, não têm uma motivação para contrariar a lei, a cobrança de impostos, ou desafiar o sistema. São simplesmente pessoas que vêm de uma realidade em que a economia é diferente tem outros pressupostos. Quando se perceber bem isto, vai conseguir-se encontrar soluções de acordo com essa realidade. É aí que está a grande insuficiência dos estudiosos até agora, em compreenderem de facto este lado, e com base nessa compreensão desenhar programas bem sucedidos. Neste momento, quer os agentes informais, quer os tradicionais são párias económicos. Mas a acção deles tem efeitos diários.

Esse efeito é bom ou mau para a economia?

Do ponto de vista daquilo que são as necessidades das pessoas é bom. Então, se há desemprego, a parte oficial, formal, não consegue criar empregos suficientes, o agente vai ao mercado informal e encontra emprego. Segundo, o estudo do Instituto Nacional de Estatística, pelo menos 69% dos novos empregos que são criados vêm da economia informal. A economia informal cumpre uma função social. Se em Luanda, que foi construída para 600 mil pessoas e hoje alberga seis milhões, o Estado não consegue construir casas para todas as famílias, o sector informal fá-lo, mal ou bem mas faz...

Um critério decisivo para compreender a informalidade em África é o sociológico, que busca a História económica e analisa o que leva a um tipo de manifestação ou comportamento informal que não se enquadra na economia de mercado

Como é que o Estado deve lidar com isso?

Se quer mudar uma realidade, primeiro tem de se conhecê-la, se não vão criar-se soluções que não são capazes de resolver o problema. E uma das formas de compreender a realidade é exactamente ter um entendimento técnico do sector não estruturado da economia, uma visão de conjunto. Kinguilas, mercado do Roque Santeiro, isto são apenas manifestações de economia informal. Temos de compreender a economia informal, como fazendo parte de um todo. E temos de atrair este todo para integrar o sector formal, para integrar a economia do desenvolvimento. A sugestão que eu faço é no sentido de a economia informal passar a ser vista como um 'sector não estruturado da economia', englobando também a economia tradicional (que é outra economia com as sua ideologia e as suas regras, diferentes da economia de mercado), que haja soluções direccionadas para este sector.

Do ponto de vista das necessidades das pessoas o informal é bom. Se há desemprego, a parte oficial não cria empregos suficientes, pelo menos 69% dos novos empregos vêm da economia informal. Cumpre uma função social

Como funcionaria na prática este 'sector não estruturado da economia'?

Embora sejam diferentes, os agentes da economia tradicional e informal podem ser tratados como um único sector, porque os dois não são estruturados. A única estruturada é oficial ou de mercado. O que proponho é a criação de uma instituição que se ocupe especificamente desse sector não estruturado. Pode não ser uma instituição nova, acho que não estamos em tempos de criar instituições novas, porque isso tem custos. Mas instituições que existem podem fazer isto, eu tenho falado do INAPEM, que pode criar um departamento para cuidar das políticas e dos programas voltados para um 'sector não estruturado da economia'. Estudar os fenómenos, fomentar pesquisas, ao mesmo tempo que faria um trabalho de educação, formação e capacitação dos agentes da economia informal. Portanto, uma instituição pública que esteja voltada para este sector não estruturado. Outras medidas são de natureza legal, que a maior parte está feita, porque a Constituição tem o princípio da actividade privada, da liberdade económica e propriedade privada, é inclusiva. Compete ao Estado fazer tudo para que os agentes não estejam de fora e esta medida, do 'sector não estruturado', reconhecida legalmente, seria uma forma de inclusão. A lei das pequenas e micros-empresas também tem muitas soluções para esse sector não estruturado. Há apenas que passar aplicá-las com essa perspectiva. O Programa de Reconversão da Economia Informal, que previu naquela altura quatro biliões e cem milhões de kwanzas, isto em 2014, pode funcionar perfeitamente. Só é necessário mudar a perspectiva e passar a olhar para o sector informal, o 'não estruturado', numa perspectiva macroeconómica em vez de como se tem feito.

Essa perspectiva errónea é resultado de falta de reconhecimento do peso do sector informal?

Na minha opinião é falta de perspectiva, porque se concebe a economia informal numa perspectiva microeconómica quando a economia informal se trata de uma questão macroeconómica. Só se consegue esta alteração estudando e investigando muito, não é fácil mas é necessário e procedendo aos ajustes necessários.

No nosso contexto, quais as principais causas da economia informal angolana?

No nosso caso, as causas são mais culturais. Porque são os agentes tradicionais que fazem a economia informal. Temos mais de 80% da população nacional a reger-se pelas regras tradicionais, quer na economia, quer na forma de constituir família. As outras causas são de natureza política, por causa dessa visão microeconómica da economia informal.

E quanto à conotação mais negativa da economia informal, a que não tem matriz cultural, e que toca a corrupção?

Aí estamos a falar de economia ilegal, que não se confunde com economia legal. Todos os tráficos são ilegais, tráficos de armas, de drogas, de seres humanos, de influências, de ouro ou diamante. Esse tipo de manifestação económica é ilegal, isto não se confunde com economia informal. Economia ilegal é um caso de polícia, já a economia informal não é ilegal. Problema é que as vezes, para se resolver problemas de economia informal, adoptam-se medidas de polícia ao invés de se adoptar medidas políticas. Para a economia informal e tradicional as medidas devem ser de política e não de polícia. Vender uma camisa não é ilegal, é informal porque o vendedor não tem licença. Tinha de ter uma licença, tinha de estar inscrito e pagar a sua taxa. Não cumpre os requisitos formais, é informal. Mas não se trata de crime. O que se exige do Estado é a facilitação do acesso à actividade económica. Permitir de modo simples e célere que os agentes operem. Com o mínimo possível de burocracia. Com uma folha A4 escrevia-se o nome, tratava-se o número de contribuinte gratuito, com registo em base de dados da actividade que quer desenvolver, local, onde mora. Dava-se-lhe um cartão e, com base nessa informação, a pessoa já estaria integrada no sector não estruturado da economia. Depois seria acompanhá-lo, do ponto de vista financeiro também. Pagaria uma taxa anual pequena, não pode ser imposto porque ele não está capacitado para pagar imposto, o agente habitua-se e até se sente honrado. E depois, calmamente, fazem-se outras acções de formação e capacitação que o incluem cada vez mais no sector formal e o ajudam a crescer. Tem de haver uma estrutura para acompanhar isso. É um processo longo é verdade, mas tem que se dar este primeiro passo.

DE JURE

NOVA MEDIDA ENTRA EM VIGOR EM FEVEREIRO

Empresas e lojas obrigadas a apresentar livro de reclamações

DIREITOS DO CONSUMIDOR. Não apresentação imediata do livro de reclamações, permite ao consumidor requerer a presença do INADEC ou da Polícia Nacional para remover a recusa ou tomar nota da ocorrência.

Por Valdimiro Dias

O regulamento que obriga todos os estabelecimentos fornecedores de bens e serviços a disponibilizarem o livro de reclamações, aos clientes, começa a vigorar a partir de 9 de Fevereiro, em todo o território, conforme determina um decreto presidencial de 07 de Novembro, agora divulgado.

“O livro de reclamações consubstancia-se num veículo facilitador que torna acessível o exercício do direito à queixa, a proporcionar ao consumidor a possibilidade de reclamar no local onde o conflito ocorreu como um fundamento no melhor exercício de cidadania”, lê-se no documento.

A medida decorre da necessidade

do incentivo do uso deste instrumento, “que vai permitir que, em formulários, sejam identificadas condutas contrárias à lei, tornando mais eficazes, enquanto instrumento de defesa dos consumidores, de forma a alcançar a igualdade material dos intervenientes na relação do consumo”.

Por imposição deste regulamento, o fornecedor de bens e prestador de serviços está obrigado a atender a reclamação apresentada pelo consumidor no prazo máximo de 30 dias a contar da data de interposição, a facultar gratuitamente este instrumento quando solicitado, acto extensivo aos órgãos de fiscalização, sendo que deve manter um período mínimo de três anos arquivado depois de encerrado.

Segundo o referido regulamento a não apresentação imediata do livro de reclamações, permite ao consumidor requerer a presença do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), Inspeção Geral do organismo que superin-



O prestador de serviço, tem a obrigação de retirar do livro três vias da reclamação.

tende a actividade do respectivo estabelecimento e a Polícia Nacional a fim de removerem a recusa ou de tomarem nota da ocorrência.

O regulamento também estabelece que, após o preenchimento da folha de reclamação, o prestador de serviço tem a obrigação de retirar do livro três vias da reclamação, remetendo a original ao INADEC, no prazo de 10 dias úteis, que pode ser acompanhada das alegações ou esclarecimentos prévios que entendam prestar.

“A segunda via deve ser entregue ao signatário da reclamação, enquanto a terceira é parte integrante do referido livro e dele não deve ser

retirado”, reforça ainda o decreto.

INFRACÇÕES E MULTAS

No âmbito do regulamento, são tipificados como infracções, a falta do livro nos estabelecimentos ou dependências, a inexistência de arquivo organizado de livro de reclamações encerrado nos últimos três anos, a não fixação em local de fácil visualização, entre outras que são passíveis de multas.

O valor das multas aplicadas deve, no entanto, ser revertido para o Orçamento Geral do Estado (OGE), sendo que 40% das quais deverão ser canalizadas à dotação orçamental que é atribuída ao

INADEC.

O decreto presidencial remete ao INADEC a responsabilidade da coordenação e a edição do livro de reclamações e do selo para a afixação nos estabelecimentos comerciais, bem como a consequente distribuição e venda, cujo preço ficou definido em oito mil kwanzas por unidade, com descontos consoante as encomendas acima de 500 exemplares.

O regulamento recomenda que a cada ano, o INADEC deve elaborar um relatório de avaliação dos resultados da aplicação deste instrumento que deve ser remetido ao titular do Ministério do Comércio.

100.000

BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA: CHEGAMOS A TODAS AS PROVÍNCIAS.

Nova Gazeta

100 MIL. SEM CUSTO.

www.novagazeta.co.ao



Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na [tpa](#).

Reposição às segundas-feiras à 01h.

FALAR
CLARO

DETÊM METADE DA FORTUNA MUNDIAL

Os oito 'magníficos' milionários

FORTUNA. Em vésperas do início do Fórum Económico de Davos, a organização britânica Oxfam, que se dedica à assistência social, divulgou um estudo que percorreu o mundo: apenas oito homens detêm metade da fortuna do planeta. Essa riqueza é igual à soma de dinheiro de 3,6 mil milhões de pessoas. Na lista, há apenas um europeu e um latino-americano. Os outros seis nasceram nos EUA e quase todos se dedicam à filantropia.

Por Emídio Fernando



Bill Gates



USA
co-fundador da Microsoft.

75
mil milhões
USD

A partir dos anos 1970, revolucionou as tecnologias com a criação, juntamente com Paul Allen, da Microsoft. O computador pessoal passou assim a fazer parte do mobiliário. Aos 61 anos, é o homem mais rico do mundo e, nos últimos tempos, dedica-se, com a mulher Melinda, à filantropia. Criou a Fundação Bill&Melinda Gates, dirigida a projectos de investigação científica. É filho de uma professora e de um advogado e estudou em Harvard.



Warren Buffett



USA
maior accionista da Berkshire Hathaway

60,8
mil milhões
USD

Destacou-se por comprar acções da Coca-Cola, em 1988, da Washington Post Company e das televisões ABC e do jornal Buffalo Evening News. Aos 86 anos, continua a gerir a empresa e a dedicar-se à filantropia. 'Saltou' de empregado da loja Berkshire para principal accionista, depois de um percurso de vendedor e director. Em 2008, foi considerado o mais rico do mundo.



Carlos Slim



México
dono do Grupo Carso

50
mil milhões
USD

Enriqueceu ao especializar-se em transformar empresas falidas em grandes negócios, especialmente nas telecomunicações. Vai precisar desse dom de Midas nos próximos tempos. Desde a eleição de Donald Trump, perdeu quase cinco mil milhões de dólares, por causa da ameaça de cortes nas relações comerciais. É mexicano, filho de um libanês que lhe ensinou os 'truques' dos negócios. Tem 76 anos e resolveu dedicar-se a projectos sociais e culturais.



Jeff Bezos



USA
fundador e principal executivo da Amazon

45,2
mil milhões
USD

Inventou' as compras via internet, começando com os livros. Hoje a Amazon vende todos os produtos, entregando-os em casa, quase em qualquer parte do mundo. É assim que dá a fortuna a este empresário de 54 anos, nascido nos EUA. Em 2013, alargou os interesses: comprou o jornal Washington Post e fez uma 'perninha' como actor num dos filmes da saga 'Guerra das Estrelas'.



Mark Zuckerberg

44,6
mil milhões
USD

É o mais jovem multimilionário do mundo, que montou a fortuna 'roubando' as ideias de colegas da Universidade de Harvard, onde criou o Facebook. Por via de ter a maior rede social do mundo, é o empresário mais popular. Recentemente, anunciou a intenção de doar 99% da fortuna a obras solidárias, através de uma fundação que ele próprio criou. Com 32 anos, continua a saltar lugares na lista dos mais ricos. Nasceu nos EUA e tem origem judaica.



USA
co-fundador e principal executivo do Facebook



Larry Ellison



USA
co-fundador e principal executivo da Oracle

43,6
mil milhões
USD

Começou a ter sucesso quando criou uma base de dados para os serviços secretos dos EUA, a CIA, que a denominou Oracle. Anos depois, viria a fundar a empresa com o mesmo nome dedicada à programação, com um único cliente: a Força Aérea dos EUA. Nunca acabou o curso de matemática que tentou tirar na Universidade de Chicago, aproveitando apenas os seus conhecimentos de informática. Tem 74 anos e deixou a liderança da empresa, mas mantém-se como director da programação.



Amancio Ortega



Espanha
fundador da Inditex, da Zara

67
mil milhões
USD

É o único europeu a integrar esta lista, graças ao império de roupas Zara. Desde 2012, a fortuna disparou mais de 32% que o colocou, em 2015, a liderar a lista dos mais ricos do mundo. Discreto, poupado, nunca dá entrevistas ou aparece nas inaugurações das lojas um pouco por todo o mundo. Tem 80 anos, nasceu em Espanha, filho de uma família pobre, e já entregou a gestão da fortuna às duas filhas.

Michael Bloomberg

43,6 mil milhões USD



USA
co-fundador da Bloomberg LP



Único magnata que dá nome a um canal de notícias, no caso, dedicado ao mundo dos negócios, em especial às bolsas. Foi assim que montou a fortuna que o ajudou a ser eleito presidente da câmara de Nova Iorque. Fez história ao manter-se no cargo por três mandatos, em 11 anos. Gastou fortunas, do próprio bolso, a apoiar jovens delinquentes para os tirar da rua. Ao todo, custeou quase 100 milhões de dólares em projectos sociais e, recentemente, mais 50 milhões para o Museu de Ciência. Aos 74 anos, dedica-se apenas à filantropia.

A vulnerabilidade de África à violência extrema



MOHAMED YAHYA

Á

frica já tem o peso das vidas perdidas, das economias arruinadas e dos relacionamentos fracturados pelo terrorismo. É o continente onde a Al-Qaeda lançou a guerra contra os Estados Unidos em 1998, bombardeando as embaixadas norte-americanas em Nairobi, no Quênia, e em Dar es Salaam, na Tanzânia; É o continente onde o Boko Haram raptou 276 estudantes nigerianas em 2014; E onde 147 estudantes foram mortos, enquanto dormiam, na Universidade de Garissa, no Quênia, em 2015.

Embora esses ataques tenham atraído a atenção do mundo, a maioria das pessoas não percebe que, nos últimos cinco anos, o terrorismo ideológico, só em África, provocou 33 mil vítimas mortais. O extremismo violento e os grupos que o defendem ameaçam reverter os ganhos do desenvolvimento de África, não somente nos próximos tempos, mas também por décadas que estão para vir.

Os países africanos são particularmente vulneráveis aos ideólogos da violência extrema, devido à prevalência de instituições fracas e de territórios desgovernados onde os grupos extremistas podem germinar. Acrescente-se a isso a má gestão dos conflitos provocados pela diver-

sidade étnica e religiosa e o elevado número de jovens desempregados, mas conectados digitalmente. São receitas que oferecem ao continente condições ideais para o caos.

Pegando nos exemplos de outros países, os governos africanos têm respondido ao extremismo violento, principalmente colocando a segurança 'difícil' em primeiro lugar. Mas esta estratégia não reduziu a potência dos grupos extremistas ou limitou o seu alcance. Na verdade, há evidências de que uma resposta exclusivamente militar pode ser um desperdício de recursos, ou mesmo fazer mais mal do que bem. O que falta é um exame mais aprofundado das causas fundamentais, particularmente dos desafios subjacentes ao desenvolvimento.

Algumas pessoas afirmam que a conexão entre as condições socioeconómicas e o extremismo violento é ilusória, porque a maioria das comunidades pobres e marginalizadas não se junta a grupos terroristas. Mas esse argumento não aborda a questão relevante: a pobreza, a marginalização social e a privação de direitos políticos são fertilizantes que os grupos extremistas precisam de tomar para criar raízes e crescer. Em todo o mundo, as políticas e as respostas operacionais ao extremismo violento são amplamente informadas pela teoria, ao invés de se basear em evidências empíricas de motivações pessoais

e factores estruturais que levam os indivíduos a cometer actos terroristas.

Recentemente, visitei Galkayo, no norte da Somália, para entrevistar capturados, ex-combatentes do Al-Shabaab, como parte de um estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre as raízes do extremismo africano. O que me impressionou foi que, além de estarem presos, esses jovens pareciam perfeitamente normais e que as viagens individuais ao extremismo não eram particularmente motivadas pela religião.

Pelo contrário. O que uniu os jovens militantes do Al-Shabaab foi uma experiência compartilhada de privações. Todos haviam crescido rodeados de conflitos e nenhum deles tinha recebido uma boa razão para ver o governo como uma força positiva nas suas vidas. Quando perguntei se foram para a escola pública, a maioria não poderia sequer imaginar a ideia de educação gratuita ou de cuidados de saúde. Essas crianças e jovens adultos são subprodutos de um Estado e de uma sociedade falidos. Passaram vidas inteiras num ambiente que está maduro para o recrutamento e exploração de terroristas.

Assim como a tuberculose infecta um corpo já comprometido pelo vírus da sida, o extremismo prospera sob condições certas, como as criadas pelo conflito na Somália, ou a fragi-

lidade política e a negligência social no nordeste da Nigéria, onde muitos entrevistados têm um escasso acesso à secular educação religiosa.

A principal pesquisa do PNUD sobre as motivações pessoais dos extremistas, baseadas em mais de 350 entrevistas com extremistas violentos e anteriormente activos em prisões e centros de transição nos Camarões, Quênia, Níger, Nigéria, Somália e Uganda, é o projecto mais extenso desse tipo em África, senão globalmente.

Os nossos resultados preliminares sugerem que a ideologia sustenta o extremismo violento é apenas uma estratégia de 'marketing' flexível, em que grupos extremistas adaptam a sua mensagem para os potenciais recrutas. Para os desempregados ou pobres, oferecem empregos remunerados. Para as minorias étnicas e religiosas marginalizadas, oferecem recursos através da violência. E para a classe média, oferecem uma aventura, um senso de "propósito" e uma fuga da mundanidade. A ideologia muda para explorar as vulnerabilidades do recruta pretendido.

A nossa pesquisa, que será concluída em breve, visa esclarecer as viagens individuais ao extremismo, através das palavras e perspectivas das pessoas que estiveram envolvidas em organizações terroristas em África. Também fornece às comunidades, outros pesquisadores e formuladores de políticas evidências empíricas para basear as suas futuras intervenções.

Uma coisa que já sabemos com certeza é que a pobreza e o subdesenvolvimento não podem mais ser ignorados se quisermos combater eficazmente o extremismo violento. Resolver estas questões, em vez de apenas reforçar a capacidade militar e de aplicação da lei, deve ser uma prioridade elevada para qualquer estratégia plausível.

Coordenador do Programa Regional da África para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Os governos africanos têm respondido ao extremismo violento, principalmente colocando a segurança 'difícil' em primeiro lugar. Mas esta estratégia não reduziu a potência dos grupos extremistas nem limitou o seu alcance. Na verdade, há evidências de que uma resposta exclusivamente militar pode ser um desperdício de recursos, ou mesmo fazer mais mal do que bem.



Internacional

FÓRUM ECONÓMICO MARCADO POR TENSÕES POLÍTICAS

China envia recados aos EUA

CIMEIRA. Queda do preço do petróleo, questões ambientais, pequeno crescimento médio de 4% da economia mundial, refugiados e crise dominaram os debates do Fórum Económico Mundial. 40 líderes mundiais e os bilionários enfrentaram a tensão motivada pela posse de Donald Trump, com o líder chinês a criticar o novo presidente dos EUA.

Por Emídio Fernando

O Fórum Económico Mundial, que junta líderes mundiais, entre chefes de governo e de Estado, bilionários, banqueiros, presidentes de grandes empresas e até 'estrelas' mediáticas, decorreu na semana que assistiu à posse de Donald Trump a presidente dos EUA. Mesmo antes de ser empossado, toda a cimeira, que terminou no sábado, ficou condicionada pelas ideias do líder norte-americano.

Foi assim que as atenções estiveram todas viradas para o discurso do presidente chinês, Xi Jinping que não se fez rogado nas críticas a Trump. Antes de subir ao púlpito, já o fundador do Fórum, Klaus Schwab, elevava a importância chinesa: "Num mundo marcado por grandes incertezas e pela volatilidade, esse mundo lança o olhar para a China".

Em 60 minutos, Xi Jinping, sem nunca mencionar o nome de Trump, deixou mensagens claras. "Ninguém sairá vencedor de uma guerra comercial", afirmou recorrendo a um ditado chinês para avisar sobre os perigos do protecionismo: "Duas pessoas fecham-se a si próprias num quarto escuro à espera de se protegerem dos perigos. O vento e a chuva ficam lá fora, mas também a luz e o oxigénio". Foi um óbvio recado ao novo presidente dos EUA que prometeu denunciar ou renegociar acordos multilaterais de comércio e criar taxas alfandegárias para desincentivar as importações e proteger a produção nacional.

Num remate, Xi Jinping defendeu que a globalização económica criou novos problemas, mas isto



Foi a primeira vez que um líder chinês, em 47 edições, participou no Fórum de Davos.

não justifica, de modo algum, pôr de parte a globalização económica". Xi prometeu não recorrer à desvalorização da moeda nacional para incentivar as exportações e apelou aos signatários do acordo de Paris sobre o clima para "honrarem os compromissos assumidos".

Foi a primeira vez que um líder chinês, em 47 edições, participou no Fórum de Davos e recebeu elogios do antigo chefe de governo sueco Carl Bildt que escreveu no Twitter: "Há um vazio na liderança económica global e Xi Jinping pretende preencher esse vazio. E está ter algum sucesso". O presidente do Banco Europeu de Investimento, Werner Hoyer, classificou como "notáveis" as observações do líder chinês, "num discurso diferente do habitual".

Além dos discursos, em vários painéis temáticos, foram discutidos a queda do preço do petróleo, o tímido crescimento médio de 4% esperado para este ano, o problema humano com a crise dos refugiados,

Cinco destaques de Davos

- O Fórum reúne chefes de Estado e de governo, banqueiros e presidentes de empresas durante cinco dias. Mas já houve cimeiras que duram duas semanas.
- A cimeira convida artistas ou figuras das artes. Este ano, foi Leonardo DiCaprio. Em 1979, foi Edward Heath maestro da orquestra de Câmara de Zurique, mas tinha sido primeiro-ministro britânico.
- O antigo primeiro-ministro turco, Turgut Ozal, garante que foi o Fórum que evitou uma guerra entre a Turquia e a Grécia.
- A primeira delegação da China só participou no Fórum em 1979. Foi o ano que começaram as transformações económicas chinesas
- Bill Clinton foi o único presidente dos EUA a participar na cimeira. Foi a todas a partir de 2000. Em 47 edições, mais nenhum líder norte-americano marcou presença.

o terrorismo e as alterações climáticas. Uma das 'estrelas' convidadas, o actor Leonardo Di Caprio, que defendeu uma maior intervenção na defesa do ambiente, enquanto a Noruega anunciou um fundo de investimento de 400 milhões de dólares, destinado a projectos agrícolas que preservem as florestas. O

fundo deve ajudar países com floresta tropical, como o Brasil, a cumprirem os compromissos de Paris.

O equilíbrio entre o combate ao terrorismo, cruzado com a melhor forma de lidar com a crise dos refugiados, foi o tema que juntou governantes do Iraque, Tunísia, Mali, Afeganistão, Líbano, Paquistão e

a rainha Rania da Jordânia.

O secretário-geral da ONU defendeu uma "nova geração de parcerias empresariais", defendendo que o sector privado é "vital para garantir o desenvolvimento sustentável e ajudar na prevenção de conflitos, que continuam a ser uma das maiores, se não a maior, ameaça na actualidade".

António Guterres preconizou a necessidade de haver uma reforma da organização que dirige. "As Nações Unidas são burocráticas. É possível fazer mais com menos", afirmou, enumerando as áreas em que quer avançar nas mudanças: reforma da arquitetura, das estruturas e das regras de gestão e funcionamento".

A cimeira de Davos, na Suíça, teve custos que ultrapassaram os 10 milhões de dólares. Foram destacados mais de cinco mil soldados para patrulhar a estância de luxo, que recebeu mais 2.500 empresários e gestores de topo, além de 40 líderes políticos.



A ASSOCIAÇÃO Chinesa de futebol reduziu o número de jogadores estrangeiros permitidos em campo de quatro para três, depois de os clubes chineses terem batido recordes em gastos com estrelas internacionais.



A ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) alertou que, em Cabo Verde, cerca de 20% da população vive em situação de insegurança alimentar.



EM MOÇAMBIQUE

Dívida por pagar

A agência de notação financeira Standard & Poor's (S&P) baixou o 'rating' da dívida externa de Moçambique para incumprimento selectivo, por falta de pagamento de uma prestação, de quase 60 milhões de dólares.

O Ministério das Finanças confirmou que não vai pagar a prestação de Janeiro, relativa aos títulos de dívida soberana com maturidade em 2023, entrando assim em incumprimento financeiro ('default').

Apesar da descida do 'rating', a S&P acredita que as negociações de reestruturação da dívida "serão realizadas" e pode proceder a uma nova avaliação.

Dependendo das condições do futuro programa de apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e das negociações com os credores e dos efeitos na economia real das repercussões do incumprimento, a S&P admite como provável aumentar o seu 'rating' da dívida moçambicana.

O incumprimento surge no contexto do escândalo das dívidas escondidas, garantidas pelo anterior governo, entre 2013 e 2014, a favor de companhias estatais e à revelia das contas públicas, e diz respeito aos encargos da Empresa Moçambicana de Atum (Ematum), convertidos no início de 2016 em dívida soberana, num total de 726,5 milhões de dólares.

DOIS PRESIDENTES

Tensão na Gâmbia



Tropas lideradas por Dacar entraram na Gâmbia, anunciou o porta-voz do Exército, Abou Ndiaye, pouco depois de Adama Barrow, eleito em Dezembro, ter tomado posse numa pequena sala na embaixada no Senegal.

Adama Barrow foi eleito, mas foi obrigado a refugiar-se em Dacar. O líder da Gâmbia, derrotado nas eleições presidenciais, recusou-se a sair do poder. Yahya Jammeh aceitou a derrota, mas voltou atrás alegando irregularidades.

Adama Barrow obteve 45,5% dos votos numa vitória que foi descrita, por diplomatas e comunicação social, como "mais surpreendente do que a de Trump".

Da capital da Gâmbia, Banjul, há relatos de lojas fechadas e ruas vazias. A ONU estima que saíram do país para o Senegal pelo menos 26 mil pessoas por terra.

Jammeh, há 22 anos no poder, já não tem grandes apoios. A vice desde 1997, Isatou Njie, demitiu-se e o líder do exército avisou que "não vai envolver os soldados numa luta estúpida".

Adama Barrow, 51 anos, é um empresário de imobiliário que viveu em Londres, onde foi segurança na loja Argos, antes de regressar há dez anos. Muçulmano devoto, tem duas mulheres e cinco filhos.

Já Jammeh, também de 51 anos, é conhecido por dizer que tinha uma cura para a sida, com base em remédios de ervas (mas que só funcionava à quinta-feira), ou por declarar que governaria "um milhão de anos" ou "até Alá querer".

DONALD TRUMP, PRESIDENTE FORMAL

Posse e dívidas

Donald Trump foi empossado como o 45.º presidente dos EUA, numa cerimónia marcada por altas medidas de segurança e por uma 'chuva' de protestos, não só em Washington como em Nova Iorque. Antes da cerimónia, Trump voltou a usar o seu 'instrumento' de comunicação favorito, o Twitter, com uma única frase: "Tudo começa hoje. O Movimento continua, o trabalho começa". A conta do novo presidente dos EUA é seguida por 20 milhões de usuários.

A cerimónia de juramento, tal como manda a tradição norte-americana, foi feita no Capitólio, perante centenas de convidados. Horas antes, as autoridades esperavam uma assistência de mais de 800 mil pessoas, entre apoiantes de Trump e adversários.

Antes da posse, o presidente pagou 25 milhões de dólares para encerrar três processos judiciais contra a defunta Universidade Trump. A Universidade Trump mudou o nome para Iniciativa Empresarial Trump em 2010, depois de governantes de Nova Iorque terem contestado o nome por não ser uma universidade acreditada.



Antes do acidente, o juiz trabalhava em documentos que envolviam o presidente Michel Temer.

DIRIGIA A OPERAÇÃO 'LAVA JATO'

Morte de juiz investigada

O Ministério Público Federal e a Polícia Federal abriram investigações para determinar as causas da queda do avião que matou o juiz do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki. A investigação foi aberta pela procuradora Cristina Nascimento de Melo.

A aeronave em que o Teori Zavascki, o juiz que liderava a investigações do 'Lava Jato', saiu na quinta-feira do Campo de Marte, em São Paulo, para o Rio de Janeiro. Segundo a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), a aeronave estava "em dia".

Os corpos juiz, do empresário Carlos Alberto Filgueiras e de uma mulher chegaram sexta-feira ao Instituto Médico Legal (IML).

Teori Zavascki foi considerado uma figura central nas investigações de corrupção, já que tinha a responsabilidade de homologar as delações premiadas (fornecimento de informações importantes em troca da redução da pena) fornecidas pelos envolvidos nos processos no STF.

Antes do acidente, o juiz trabalhava nas informações colhidas em delações premiadas de mais de 70 quadros de topo da construtora Odebrecht, consideradas cruciais já que informações vazadas à imprensa já envolveram o presidente Michel Temer, o ex-presidente Lula da Silva e dezenas de políticos brasileiros.

O Brasil declarou luto por três dias e Michel Temer anunciou que iria substituir Teori Zavascki. Há uns meses, numa carta dirigida à família, Zavascki alertava para a possibilidade de lhe acontecer "algo ruim".

Antes da morte do juiz, a justiça brasileira tinha fechado um acordo com a Rolls-Royce, em que a empresa britânica pagou 30 milhões de dólares, relativos a actos ilícitos, descobertos no âmbito da operação 'Lava Jato'.

A 'holding' britânica começou a ser investigada no Brasil há quase dois anos, após ter sido citada pelo ex-gerente da Directoria de Serviços da Petrobras Pedro Barusco como autora do pagamento de subornos em troca de um contrato de fornecimento de turbinas para produção de energia, que foram instaladas em plataformas de petróleo daquela empresa petrolífera estatal brasileira.

Ambiente

EM CARTA DIRIGIDA A THERESA MAY

Cientistas pressionam Trump

CLIMA. Mais de 100 cientistas escreveram uma carta à primeira-ministra britânica. A ideia é evitar que Donald Trump, recém-empossado presidente dos EUA, recue nas intenções dos EUA de respeitar os acordos de protecção do ambiente. Barack Obama disponibilizou 500 milhões de dólares.



Barack Obama foi um dos principais impulsores da Cimeira de Paris.

500

Milhões de dólares: verba doada pelos EUA, sob a presidência de Barack Obama, para o 'fundo verde' da ONU.

Depois de, em Dezembro, 800 cientistas pediram ao recém-empossado presidente dos EUA, Donald Trump, medidas para combater as alterações climáticas e que continue a respeitar o acordo de Paris, desta vez são os cientistas britânicos preocupados com as pesquisas sobre o clima com a chegada do novo ocupante da Casa Branca.

Mais de 100 climatologistas do Reino Unido pediram à primeira-ministra britânica, Theresa May, que convença o presidente dos EUA a manter o empenho e as verbas para a pesquisa pública sobre o aquecimento global. "Estamos prontos a apoiar e ajudar os nossos colegas dos EUA a resistirem contra qualquer tentativa política de frear ou interferir nas pesquisas vitais sobre as mudanças climáticas", escrevem os cientistas, numa carta aberta, mas dirigida à líder do governo britânico.

Durante a campanha eleitoral, Donald Trump tinha afirmado que o aquecimento global é "um mito" e nomeou para o seu gabinete personalidades que partilham essa

visão ou que se opõem às políticas de protecção do ambiente. No final de Novembro, após a eleição, um dos conselheiros pediu o fim dos programas de pesquisa sobre o clima da NASA, que fornece dados essenciais a cientistas a todo o mundo.

OBAMA 'VERDE'

Três dias antes da posse de Trump, Barack Obama anunciou a contribuição de 500 milhões de dólares para o 'fundo verde' da Organização das Nações Unidas para o clima.

Já em 2014, um ano antes do acordo da Cimeira do Clima em Paris, a administração Obama tinha disponibilizado três mil milhões de dólares. Barack Obama foi um dos principais impulsores da Cimeira de Paris.

O fundo representa "a maior instituição financeira multilateral do mundo consagrada à luta contra o aquecimento global", justificou a diplomacia norte-americana, sublinhando que "mais de 180 países criaram programas para a redução da emissão de gases".

Na passada semana, perante o Congresso, o novo líder da diplomacia norte-americana, nomeado por Donald Trump, o ex-presidente

executivo da petrolífera Exxon Mobil, Rex Tillerson, considerou "importante" que os EUA continuem mobilizados na luta internacional contra o aquecimento global. "Nenhum país pode resolver sozinho este problema", sublinhou Rex Tillerson, deixando entender que é favorável a que Washington continue a integrar o acordo de Paris, assinado por 195 países.

Na carta, escrita antes do anúncio de Obama, os cientistas recomendam a Theresa May que pressione Donald Trump para que este "reconheça as evidências científicas sobre os riscos das mudanças climáticas" e apoie o acordo de Paris adoptado no final de 2015.

Neste acordo, a comunidade internacional compromete-se a limi-

tar o aquecimento global abaixo de 2°C, em relação aos níveis pré-industriais e a ajudar financeiramente os países mais pobres a desenvolver energias limpas e a lidar com os impactos das mudanças climáticas.

O Reino Unido "deve preparar-se para responder de forma resoluta" caso o novo governo de Trump adopte medidas contra as pesquisas sobre o clima, acrescentam os cientistas.

Em entrevistas a dois jornais europeus, publicadas na semana passada, Trump reafirmou a intenção de se reunir com a primeira-ministra britânica logo após a posse.

O Reino Unido tem várias instituições líderes no mundo para o estudo do aquecimento global e os seus impactos, incluindo o Centro Tyndall de Pesquisas sobre as Mudanças Climáticas e o Instituto de Mudanças Ambientais da Universidade de Oxford.

A ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher foi a primeira líder mundial a reconhecer publicamente os riscos das mudanças climáticas, em 1988, recordam os cientistas, para reforçar o 'peso' do Reino Unido na defesa da protecção ambiental.

ESPECIALISTA

Ensinar ambiente nas escolas

O ambientalista Jorge Samuel defende a criação de programas de educação ambiental que incluam iniciativas de campo, que possam dar um maior conhecimento da biodiversidade e ainda campanhas de plantação, visando o fomento de espaços verdes.

Comemora-se, na próxima quinta-feira, o Dia Mundial de Educação Ambiental. Jorge Samuel, em declarações à Angop, entende que a educação ambiental leva à "consciencialização da preservação e conservação da natureza".

Para o ambientalista, a educação "deve cingir-se" ao ensinamento do manuseio correcto do lixo em informações das formas de contaminação dos rios, solos e ar, destruição da biodiversidade e poluição sonora. "Os cidadãos devem possuir conhecimento profundo dos cuidados. A escola deve ser vista como o melhor veículo para moldar atitudes em relação à protecção do ambiente, porque o futuro da humanidade depende da sua preservação e conservação", realçou.

O Dia Mundial da Educação Ambiental celebra-se a 26 de Janeiro, desde 1972, depois da realização, em Estocolmo, Suécia, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente que chamou a atenção do mundo para a gravidade da situação ambiental.

'BROWSER' DETECTA PÁGINA FALSA

Esquema descobre 'passwords' da Gmail

INFORMÁTICA. Novo 'truque' engana até os utilizadores mais experientes do Gmail. A artimanha começa com um correio electrónico falso de um contacto conhecido.

O novo esquema para aceder às palavras-chave dos utilizadores do serviço Gmail está a enganar até os mais experientes. O truque chega à vítima através de um correio electrónico, enviado de um contacto da lista pessoal, com um anexo. Depois de abrir esse ficheiro, surge o falso site de início de sessão da Google, onde o utilizador vai colocar as credenciais de acesso, partilhando-as com o criminoso.

Depois de conseguirem ter acesso às credenciais, os atacantes iniciam a busca por mais informação dentro da conta do utilizador para continuarem a atacar outras pessoas através do mesmo método. É este o factor que torna o ataque mais perigoso, o facto de ser enviado através de uma pessoa que conhece e que está na lista de contactos.

A página falsa não levanta sus-

peitas ao utilizador devido à semelhança, quase exacta, com a original. Existe apenas uma maneira (discreta) de perceber que a página é falsa: olhando para o endereço que aparece no browser.

No início do endereço (URL), é possível ver 'data:text/html', algo que não é comum em nenhum endereço da internet, muito menos no início de sessão do Gmail. Os ataques através destes meios são cada vez mais frequentes e cabe ao utilizador estar com atenção e proteger-se.

Um conselho deixado pela Google é a activação do início de sessão em dois passos, que vai sempre exigir um código único (ao qual apenas o utilizador tem acesso) além da palavra-chave. Para saber um pouco mais sobre como se manter protegido, pode sempre dar uma vista de olhos ao Explicador sobre segurança informática. Entretanto, a Google já fez saber que está a estudar uma forma de mitigar este ataque.



Os televisores 3D começaram a chegar ao mercado por volta de 2010

LG, Sony e Samsung deixam de produzir televisores 3D

Os televisores 3D sofriam com vendas baixas há alguns anos, mas 2017 promete acabar de vez com os modelos com o recurso. De acordo com o site CNET, os dois últimos grandes fabricantes de modelos de TV 3D, LG e Sony, vão parar de dar suporte à função.

Essas companhias juntam-se à coreana Samsung, que abandonou o 3D nos televisores em 2016, à norte-americana Vizio, que deixou de fabricar em 2013, e a uma série de empresas menores, que não anunciaram qualquer modelo novo na CES 2017.

Os televisores 3D começaram a chegar ao mercado por volta de 2010, após o estrondoso sucesso do filme 'Avatar' nos cinemas. No entanto, a

tecnologia não empolgou a maior parte do público e das redes de transmissão.

"A função 3D nunca foi universalmente aceite, de verdade, na indústria para uso doméstico, e não é um factor-chave na hora de comprar uma TV", afirma o director de desenvolvimento de novos produtos da LG, Tim Alessi, ao CNET.

"As pesquisas de processo de compra mostraram que não é uma consideração principal de compra, e informações informais indicam que o seu uso não é alto", explica. Segundo o responsável, a decisão foi tomada para se concentrar em novas funções, como o HDR, "que têm maior apelo universal".

De acordo com a empresa de pesquisas NPD Group, a venda de aparelhos domésticos de 3D sofreu uma queda anual desde 2012, e a venda

de televisores 3D representa apenas 8% da renda de venda de aparelhos em 2016. Em 2015, o número era de 16%.

Mesmo que o mercado aponte o desinteresse do público, há quem discorde. Um abaixo-assinado na internet pede que a LG ressuscite o 3D num modelo de Oled para 2018. A campanha já contava, no final da semana, com mais de 4.620 assinaturas, com o objectivo de chegar às cinco mil.

Segundo o texto do abaixo-assinado, "existem centenas (senão milhares) de nós ao redor do mundo com grandes colecções de 'blu-rays' 3D que pagaram literalmente milhares de dólares/libras/euros por esses discos". "Não queremos perder o acesso a eles quando os nossos Oleds de 2016 quebrarem."

Marcas & Estilos

Detalhes rastejantes

As sapatilhas Air Jordan 9 Low 2016 são uma combinação de preto e vermelho que rapidamente pegou o apelido de 'Bred'. A parte superior, toda preta, apresenta uma mistura de couro sintético liso e pele de cobra com detalhes em vermelho e uma sola branca.

Relíquias cintilantes

Este cronógrafo de botão único é um dos mais longevos dos anos 1940. A caixa deste relógio ainda está em muito bom estado com alguns arranhões cintilantes devido à idade e ao desgaste que não chega a ser perceptível.

Contrastes

Resistente, macio, elegante, couro de ardósia cinza é contrastado com lã de veludo para um casaco reversível. O design sem colar, ombros relaxados e decote arredondado dão a esta peça clássica um toque minimalista e moderno.

Pureza em quilates

O anel de Veneza Branca conta a história de Veneza. O centro é um símbolo de protecção contra o mau-olhado. O design do 'art deco' dá-lhe um olhar de vintage, reveste-lhe de pureza com linhas que se mantêm contemporâneas e intemporais.

Miragens reais

O Holus é uma plataforma que converte qualquer conteúdo digital de um computador, tablet ou smartphone. Com a experiência holográfica de 360 graus em quatro lados, oferece uma série de possibilidades em educação, jogos e até teleconferências.

Decorando o conforto

O melhor do sofá-cama 'queen' é ser conversível com colchão de espuma. O estilo é contemporâneo. O design quadrado, cor neutra, assentos almofadados grossos e travesseiros criam um aspecto moderno que vai com qualquer decoração. O encosto articulado abre-se facilmente para converter do sofá à cama em segundos.

AUTOMÓVEL

Mais moderno, mais largo

Chegou ao mercado europeu em Janeiro e deve ser comercializado, em breve, para o africano. A Audi gostou do sucesso com o seu SUV, modelo Q5, e tratou de lançar uma versão mais moderna, mas com o aumento de dimensões: ligeiramente mais largo e com um interior mais flexível, mais espaçoso. Apesar disso, também é mais 'magro' 20 quilos e vem com sistemas de navegação, com um 'tablet' incluído. Outras novidades são a câmara de reconhecimento dos sinais de trânsito, assistência no estacionamento, sempre útil nos espaços apertados de Luanda, o alerta para uma colisão iminente. Há à venda as versões de tracção a duas rodas e a quatro. O preço é que ainda se encontra no segredo, nos que são comercializados em Angola.



TURISMO

Bela e gelada Praga

Às vezes, para se fazer melhor turismo, é melhor fugir dos problemas, a começar pelos vistos. Com os problemas que se sabe com a embaixada da Polónia, há uma melhor alternativa na Europa do Leste: a República Checa e nela Praga. A capital, conhecida 'cidade das 100 cúpulas', oferece programas culturais quase únicos. Entre concer-

tos, teatro, espectáculos circenses, há ainda o património arquitectónico como castelos medievais, os museus e os teatros. É uma viagem a uma certa Europa que já foi socialista. Quase todos os edifícios situam-se em colinas, nas margens do sinuoso rio Vitava, um afluente do Elba. Por esta altura, deve ter águas geladas...



AGENDA

LUANDA

24 E 25 DE JANEIRO

13.ª Edição do 'Há teatro no Camões', no Centro Cultural Português, com grupos, actores, encenadores, dramaturgos e figuras ligadas ao teatro Das 17 às 19h:30.

28 DE JANEIRO

Palestra sobre 'Fiscalidade Angolana' com Luís Faria. Das 9 às 14 horas, no Hotel Continente.

28 DE JANEIRO

Seminário 'Caminho para o topo' com os Tuneza. No Hotel Epic Sana, a partir das 14 horas. Bilhetes a 25.000 kwanzas.

28 DE JANEIRO

Festa das Redes Sociais com 'Francis e amigos', no Espaço Genesia, Kapolo II. Bilhetes a partir dos 2.500 kwanzas. Às 21 horas.

31 DE JANEIRO

Nova temporada do 'stand up comedy' em Angola 'Goz' Aqui'. No Centro Cultural Português. Às 19 horas. Bilhetes a 3.000 kwanzas.

“O tipo de arte contemporânea que se pode encontrar na Niharte, segundo o porta-voz, é tudo o que está dentro das artes plásticas.”

NA URBANIZAÇÃO NOVA VIDA, EM LUANDA

Nova galeria promove artistas plásticos



ARTES. A galeria 'Niharte', de arte contemporânea, foi inaugurada na semana passada, em Luanda. Segundo os responsáveis, o espaço, que arrancou com a exposição de obras de 12 artistas nacionais, propõe-se promover a arte contemporânea africana, sobretudo de autores angolanos.

Por Pihia Rodrigues

A galeria 'Niharte', criada em meados de 2016 e inaugurada a 18 de Janeiro, é uma sociedade limitada que tem como principal objectivo, além da colecção de arte africana, a divulgação, promoção de trabalhos de artistas nacionais "de preferência", o que não impede que artistas estrangeiros interessados em expor não lhes seja aberta a porta, segundo o porta-voz da galeria, Gerson dos Santos.

Na quarta-feira da semana passada, foi a sessão inaugural da galeria, situada na rua 2 da Urbanização Nova Vida, em Luanda, com uma exposição colectiva de pintura e peças em madeira, de 12 autores nacionais convidados: Álvaro Macieira, Sebas Cassule, Fineza Teta, Francisco Van-dúnem, Guilherme Mampuya, Imanni da Silva, João Domingos, Masongui Afonso, Nzimba Diongo Domingos, Paulo Amaral, Paulo Kussy e Thó Simões.

A exposição colectiva estará aberta ao público durante os próximos 45 dias. Findo este prazo, de acordo com o programa da organização, haverá mais tempo para a galeria apresentar outros artistas, em expo-

2000

Mil kwanzas, valor mínimo de uma obra na galeria Niharte.

1

Milhão de kwanzas, valor de algumas peças que podem ser encontradas na nova galeria.

sições individuais. Além disso, em cada semana, dois dos 12 autores deverão interagir com o público.

Todas as peças de arte estão a ser comercializadas desde a inauguração do espaço. Além de colecionadora, a galeria compra as obras para a revenda e serve de intermediária de compradores e autores que não tenham locais para apresentar obras.

O tipo de arte contemporânea que se pode encontrar, segundo o porta-voz, "é tudo o que está dentro das artes plásticas", como escultura, pintura e desenho.

Para quem esteja interessado em adquirir uma obra, o preço mínimo é de 200 mil kwanzas, mas há peças

a custar um milhão de kwanzas, que é o 'tecto estabelecido'.

O responsável da comunicação da galeria garante que o espaço está aberto a toda a gente, tanto ao público, em geral, como aos artistas, desde que apresentem os trabalhos e discutam os termos de exposição, a negociação poderá valer a pena.

Na sessão inaugural, estiveram presentes várias individualidades, dentre colecionadores, potenciais compradores e agentes culturais.

A galeria está aberta de terça a domingo, das 10h00 às 20h00. "Estamos abertos a qualquer pessoa e de todas as idades", reforçou o porta-voz.

NÚMEROS DA SEMANA

212

Milhões de dólares, primeira tranche do valor que o Banco Económico pagou ao português Novo Banco, resultante do empréstimo que transitou da resolução do BES.

28,1

Milhões de kwanzas, montante arrecadado pela direcção do Trabalho e Segurança Social da Huíla, resultante da aplicação de 72 multas.

7,5

Milhões de euros, valor do investimento conjunto entre Angola e a Namíbia, para reduzir os efeitos de estiagem nas regiões fronteiriças dos dois países.

7

Milhões de angolanos é o total de cidadãos que se prevê registar, nos próximos dias, no quadro do processo eleitoral, anunciou o Ministério da Administração do Território.

INSTRUMENTO PODE VIGORAR A PARTIR DESTE ANO

Pauta Aduaneira tem última versão

A última versão da proposta da Nova Pauta Aduaneira, que deve entrar em vigor ainda este ano, já está concluída, podendo, a qualquer momento, ser submetida ao Conselho de Ministros para a apreciação e aprovação.

A informação foi avançada, na passada sexta-feira, em Luanda, pelo membro da Administração Geral Tributária (AGT) Herme-

negildo Gaspar, reforçando que a nova Pauta Aduaneira que incentiva a produção nacional, sobretudo a agrícola, vai substituir a actual.

“Nos próximos dias, o conselho de administração vai reunir internamente para aprovar o capote da Nova Pauta Aduaneira e pensamos que, dentro de um mês, a proposta deste diploma será entre-

gue ao ministro das Finanças, para que este, por sua vez, apresente ao Conselho de Ministros”, realçou Hermenegildo Gaspar em declarações à imprensa.

Sem avançar o número de produtos que estarão isentos de impostos, o responsável garantiu que o diploma traz maioritariamente inovações de incentivos à produção nacional.

O novo documento aduaneiro em fase de elaboração vai substituir o actual, que entrou em vigor a 03 de Março de 2014.

A renovação deste documento cumpre com as normas internacionais que recomendam a actualização da pauta aduaneira num período de cinco anos, disse Hermenegildo Gaspar.

Na Pauta Aduaneira ainda em vigor, mais de 366 produtos estão isentos de impostos contra 914 da anterior.

O produto que mais agravação sofreu foi o feijão. Em 2007, a taxa era de 5%, estando na actual pauta taxado em 45%, mais 10% do imposto de consumo.



EM DEZEMBRO

Receita diamantífera atinge 82 milhões USD

Angola encaixou receitas avaliadas em 82,8 milhões de dólares, resultantes da venda de 816,9 mil quilates de diamantes em Dezembro do ano passado, indica um relatório do Ministério das Finanças que, no entanto, não antecipa as receitas fiscais arrecadadas com os impostos e ‘royalties’, pagos em moeda nacional.

Apesar de ter aumentado o volume de quilates vendidos, a receita arrecadada representou

uma redução de 12% face a Novembro em que se conseguiu encaixar 94,2 milhões de dólares, decorrentes da venda de 806 573,17 quilates de diamantes.

A queda no volume das receitas arrecadadas atingiu praticamente a totalidade do último trimestre de 2016, sendo que os resultados de Novembro desceram mais de 7%, para 94,2 milhões de dólares face a Outubro, tendência que se verifica desde Setembro.

Angola atingiu em 2015 um novo recorde de produção de diamantes, com 8,837 milhões de quilates, que renderam aos cofres do Estado 1,107 mil milhões de dólares.

Em 2014, a produção de diamantes do país atingiu o valor de 1,303 mil milhões de dólares. O Governo espera mais do que duplicar a produção nacional de diamantes nos próximos cinco anos, com a entrada em exploração de novas minas.

Facilitação do comércio em seminário

Um seminário sobre “Facilitação do Comércio” em Angola arranca hoje, em Luanda, com o objectivo de apresentar os resultados do trabalho do Grupo Técnico Multisectorial, referente à categorização das medidas que o país adoptou para facilitar este sector, indica o Ministério do Comércio, em comunicado.

De acordo com o documento, as medidas sobre facilitação do comércio, previstas no Acordo de Facilitação do Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC), visam reduzir o tempo de liberação das mercadorias, simplificar os procedimentos e a burocracia, salvaguardando os legítimos controlos regulatórios e a fiscalização do processo de movimentação dos bens através das fronteiras.

A iniciativa da categorização das medidas previstas no acordo de facilitação do comércio da OMC, segundo o Ministério do Comércio, está em linha com a política de reforço do posicionamento do país no contexto internacional.

“A facilitação do comércio através da simplificação, harmonização, padronização e modernização dos procedimentos do comércio externo torna o sector económico nacional mais competitivo, estimulando o crescimento e impulsionando, desta forma, a criação de emprego e geração de receitas”, ressalta o documento.

O seminário tem a duração de dois dias.

O VALOR ESTA SEMANA

TRIBUTAÇÃO

Património recua no IPU

Ao contrário do registo de 2015, a Administração Geral Tributária arrecadou mais receitas com o Imposto Predial Urbano sobre a renda do que com o imposto sobre o património. Se as receitas no primeiro cresceram 1.400%, em 2016, as do segundo desceram 60%, no ano transacto. Para 2017, prevê-se, no entanto, um crescimento superior do património. Pág. 4



ULENÇO CENTER

Shopping ‘às moscas’

Espaço que custou 56 milhões de dólares, inaugurado em 2015 com o rótulo de um dos maiores centros de entretenimento de África, está com as actividades praticamente paralisadas. Lojistas alegam que o empreendimento estará a perder clientes devido aos elevados preços que pratica. Págs. 18 e 19

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Passageiros quedam

A TMA Express, unidade de negócios afecta à Secil Marítima SA, registou uma queda de 9% no transporte de passageiros durante o ano de 2016. Comparativamente ao período homólogo, empresa transportou 286,8 mil passageiros, em 2016, contra os 315,6 registados no ano anterior. Págs. 17